

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Francisco Robson Saraiva Martins

PLANEJAMENTO URBANO:

**Uma abordagem da dimensão habitacional do
município de Imperatriz – Ma**

Taubaté – SP

2013

Francisco Robson Saraiva Martins

**PLANEJAMENTO URBANO:
Uma abordagem da dimensão habitacional do
município de Imperatriz – Ma**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento Urbano

Orientador: Prof^o. Dr. Moacir José dos Santos
Co-orientador: Prof^o. Dr. Ademir dos Santos Pereira

Taubaté – SP

2013

Francisco Robson Saraiva Martins

PLANEJAMENTO URBANO: Uma abordagem da dimensão habitacional do município de Imperatriz – Ma

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento Urbano

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos - Orientador

Assinatura _____

Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos - Co-orientador

Assinatura _____

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira - Membro Interno

Assinatura _____

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta - Membro Externo

Assinatura _____

À minha família pelo apoio constante, mas acima de tudo, por se constituir como o motivo maior de fazer e ser.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Moacir José dos Santos, sem cuja competência e paciência, as atividades de pesquisa seriam muito complicadas.

Aos Professores da UNITAU, pela condução adequada dos processos de ensino e de aprendizagem, portanto, pela possibilidade de desconstrução/construção dos saberes nesta etapa de minha vida acadêmica.

Aos colegas pela possibilidade e graça do compartilhamento de experiências e mesmo de vida.

A Faculdade de Imperatriz-FACIMP, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência do trabalho e incentivo na busca pela qualificação de seus profissionais que fazem parte dessa grande instituição de ensino superior.

Aos amigos que de forma direta ou indireta conviveram com minhas angústias e ansiedades na conclusão desse trabalho e contribuíram com seu apoio e incentivo.

Assim, a cidade e os elementos que a compõe só podem e devem ser pensados e planejados levando em consideração a sua totalidade, o conjunto de suas relações. só esta visão holística da cidade poderá nos dar suporte para um planejamento urbano mais adequado e sustentável.

VALADARES, Leideane (2012).

RESUMO

Na maioria das cidades a expansão e a ocupação territorial do espaço urbano estão atreladas aos ciclos econômicos. Não diferente de outras cidades brasileiras, Imperatriz insere-se nesse processo de crescimento econômico e ocupacional. O objetivo do presente trabalho é analisar o planejamento do desenvolvimento urbano do município de Imperatriz – MA, quanto às necessidades habitacionais da população. A pesquisa foi efetivada a partir de uma abordagem qualitativa em nível descritivo, a partir de um delineamento documental. A coleta de dados se deu a partir de fontes secundárias e análise da seção do Plano Diretor que trata da política habitacional do município, bem como de dados mensurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à década que se estende de 2000 a 2010. A promoção de uma política de habitação de interesse social deve estar em consonâncias com as demais políticas setoriais. O Plano Diretor do município, mesmo após uma década de sua aprovação, ainda não foi totalmente regulamentado. Para isso, o município terá que investir na instituição e fortalecimento de órgãos que garantam a gestão participativa.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Espaço geográfico. Plano Diretor.

ABSTRACT

In most cities the expansion and territorial occupation of the urban space are linked to economic cycles. Not unlike other Brazilian cities, Empress is part of this process of economic growth and occupational. The objective of this study is to analyze the planning of urban development of the city of Imperatriz - MA, as the housing characteristics of the population. The research was carried out from a qualitative approach in descriptive level, from a design document. Data collection occurred from secondary sources and analysis section of the Master Plan which addresses the city's housing policy, as well as data measured by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the decade extending from 2000 to 2010. The promotion of a politics of social housing should be in consonance other sectorial politics. The Master Plan of the city, even after a decade of its approval, has not been fully regulated. For this, the council should invest in the establishment and strengthening of bodies that ensure participatory management.

Keywords: urban planning. Geographic space. Master Plan..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – População residente, em %.....	27
Figura 2 – Mapa da cidade de Imperatriz.....	53
Figura 3 – Imperatriz na década de 1970.....	57
Figura 4 – Imperatriz na década de 2000.....	57
Figura 5 – Mapas da cidade de Imperatriz nos anos de 1980, 1982, 1996.....	58
Figura 6 – Edifício localizado na Rua Feri Manoel Procópio – Beira Rio	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ruas, avenidas e outros logradouros públicos planejados e construídos entre os anos 1950 e 1960 em Imperatriz	56
Quadro 2 - População Urbana e Rural do Município de Imperatriz nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1988.....	57
Quadro 3 – População dos municípios nos anos de 2000 e 2010	59
Quadro 4 – População por situação de domicílio em 1980, 1991 e 2000 e 2010	60
Quadro 5 – Adequação da moradia em Imperatriz de 2000 e 2010.....	84
Quadro 6 – Condição de ocupação do domicílio em Imperatriz em 2000 e em 2010	84
Quadro 7 – Existência de banheiro ou sanitário nos domicílio em Imperatriz em 2000 e em 2010	85
Quadro 8 – Forma de abastecimento água nos domicílio em Imperatriz em 2000 ..	86
Quadro 9 – Forma de abastecimento água nos domicílio em Imperatriz em 2010 ..	86
Quadro 10 – Característica do entorno do domicílio em 2010	87
Quadro 11 – Existência de iluminação pública no entorno do domicílio.....	91
Quadro 12 – Existência de energia elétrica no domicílio em 2010.....	91
Quadro 13 – Existência de identificação no entorno do domicílio	92
Quadro 14 – Destino do lixo em 2010	93
Quadro 15 – Tipo de material das paredes externas dos domicílios.....	93
Quadro 16 – Quantidade de cômodos por domicílio	94
Quadro 17 – Situação do domicílio em Imperatriz em relação à existência de serviços e bens duráveis em 2000 e em 2010	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 Delimitação do estudo	14
1.4 Relevância do estudo	15
1.5 Organização do relatório	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 O fenômeno da urbanização	19
2.2 O processo de urbanização no Brasil	21
2.3 Verticalização: forma alternativa de ocupação do solo urbano	33
2.4 Desenvolvimento	36
2.4.1 Desenvolvimento urbano	44
2.5 Ocupação do solo urbano: marcos legais	48
2.5.1 Estatuto da Cidade.....	50
2.6 Contexto histórico da ocupação do solo em Imperatriz	52
2.7 O Plano Diretor de Imperatriz	63
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	66
3.1 Método	66
3.2 Tipo de pesquisa	68
3.3 Instrumentos	68
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
4.1 Análise da política habitacional do município de Imperatriz	69
4.2 Domicílios permanentes na área urbana com ordenamento regular	82
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A - Exemplo de esgoto a céu aberto e depósito irregular de lixo em terreno baldio em rua do Bom Sucesso, bairro de Imperatriz	105

1 INTRODUÇÃO

A ocupação territorial da cidade de Imperatriz ocorreu a partir de 1850 com a expedição comandada por Jerônimo Francisco Coelho, que tinha por objetivo inicial a construção de um presídio militar as margens do rio Tocantins e a remoção de obstáculos que impediam a navegação pelo referido curso d'água, nesse período inicia-se o processo de ocupação do território às margens do rio Tocantins que em 1852 seria denominada de cidade de Imperatriz. (SANCHES, 2002).

Não diferente de outras cidades brasileiras, o município de Imperatriz em sua história passou por várias transformações socioeconômicas onde várias mudanças ocorreram durante a ocupação do seu espaço urbano, provocados por fatores como: os ciclos econômicos do arroz, da pecuária, do ouro, da madeira a construção da rodovia da integração nacional Belém-Brasília. Foram preponderantes para que ocorresse a migração de pessoas de varias regiões do Brasil.

Na época a cidade não tinha um planejamento urbano no qual o contingente populacional foi se estabelecendo em várias partes do seu território, criando espaços diferenciados levando em consideração seus conflitos e seus interesses, onde podemos encontrar bairros com maior ou menor extensão territorial, dispostos em classes sociais diferentes com ou sem infraestrutura adequada, moradias com características coloniais.

O contingente populacional aumentou e o espaço geográfico foi reduzido com a divisão territorial ocorrido nos anos de 1981 e 1996 . No entanto, e a despeito disso, o crescimento econômico tornou-se ainda mais visível com a vinda de investimentos públicos e privado para a região.

Hoje a cidade de Imperatriz é uma das mais prósperas da região Tocantina, prevendo ainda mais um aumento do contingente populacional para os próximos anos. Dai surgiu a idéia de um estudo para avaliar o planejamento do desenvolvimento urbano de Imperatriz, cuja avaliação teve como ponto de partida, o Plano Diretor do município e as políticas públicas adotadas pelos gestores públicos com a finalidade de resolver os problemas relativos à utilização do solo urbano.

Quando a população de uma cidade aumenta, a cidade tende a se expandir precisando de um território maior. Essa expansão pode ocorrer principalmente através de um planejamento urbano para que a gestão pública municipal possa promover condições para uma ocupação pautada nos princípios do desenvolvimento urbano sustentável.

O presente trabalho busca conhecer as possibilidades de uma dinâmica do desenvolvimento planejado frente às varias transformações econômicas e sociais ocorridas no espaço territorial de Imperatriz, o município de imperatriz devido ao crescimento populacional e econômico despertou a necessidade de um planejamento urbano com metas para garantir uma melhor ocupação do espaço geográfico proporcionando a população melhor qualidade de vida.

Face ao exposto, buscou-se analisar o planejamento do desenvolvimento urbano da cidade de Imperatriz utilizando uma abordagem qualitativa com nível descritivo exploratório, através do delineamento documental. Através da pesquisa de campo, procurou-se identificar as políticas de planejamento urbano da cidade de Imperatriz.

Para isso, iniciou-se por relatar as origens da ocupação territorial do município de Imperatriz, bem como citar o Plano Diretor municipal e o Estatuto das Cidades, descrever o espaço geográfico do município de Imperatriz e suas potencialidades para um possível crescimento contingencial visando atender as necessidades habitacionais do município.

1.1 Problema

A atual estrutura urbana da cidade de Imperatriz e sua política habitacional atendem as necessidades habitacionais da população?

1.2 Objetivos

Os objetivos caracterizam de forma sintética, a finalidade da pesquisa. Eles podem ser subdivididos em objetivos geral e específicos e ao mesmo tempo, apresentam-se como os elementos norteadores do plano de trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a dimensão habitacional do planejamento da cidade de Imperatriz-MA.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar como se deu o processo de povoamento e ocupação do solo da cidade de Imperatriz - MA.

- Identificar a partir das políticas públicas as principais características do sistema de habitação do município de Imperatriz - MA.

1.3 Delimitação do estudo

O estudo se constitui como uma breve abordagem da estrutura habitacional do município de Imperatriz-MA. Destacando a ocupação e abordando os principais fatores que influenciaram no crescimento demográfico do município.

Para realizá-la, analisou-se as condições dos logradouros tidos como moradias permanentes, destacando as obras de infraestrutura, dentre elas, iluminação pública, pavimentação de vias, calçadas, meio fio, arborização, rede de esgoto e coleta de lixo.

Quanto aos domicílios permanentes, destacou-se o tipo de ocupação, as características do domicílio, o que incluiu abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, população rural e urbana, densidade demográfica, e as características do modelo de ocupação do espaço geográfico atual.

Além disso, tratou-se de questões relacionadas ao planejamento urbano, a partir da compreensão de que ele se constitui como a base para uma gestão de qualidade capaz de propiciar as condições para o desenvolvimento de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida da população.

1.4 Relevância do estudo

Observar o espaço geográfico do município de Imperatriz é algo que desperta e atrai para um estudo de caráter investigatório com a necessidade de se entender todo o processo de urbanização do município que é o segundo maior do estado do Maranhão em população com 247.553 habitantes e uma área total de 1.369 km² (IBGE, 2010).

Tomando-se com base de análise as décadas de 1960 e 1980 torna-se visível o período em que ocorreram as maiores mudanças no processo de ocupação territorial do município. O início da década de 1960 foi marcado pela construção da rodovia Belém-Brasília, momento em que a cidade recebeu um grande fluxo migratório composto por pessoas vindas de várias partes do Brasil.

No início década de 1970 a cidade de Imperatriz tinha uma população de 39.169 habitantes. Já no início da década de 1980, Imperatriz contabilizava uma população de 220.079 habitantes distribuídas em uma área de 13.352 km² (IBGE, 2008). Todo esse crescimento populacional gerou varias mudanças nos aspectos sociais e econômicos da cidade.

As casas e pontos comerciais eram construídos no estilo português, dispostos em enfileiras, com o objetivo de aproveitar a parede do vizinho, uma forma de economizar recursos e matérias nas obras de construção. Assim, foi crescendo de forma desordenada, à revelia de qualquer tipo de planificação, o que resultou em uma cidade sem estrutura adequada para seu porte. Por assim dizer, a cidade avançou, quase que de forma espontânea sobre propriedades públicas e privadas através do expediente da invasão. Primeiro as terras eram invadidas e surgiam bairros novos da noite para o dia, os quais, a partir de então, demandavam o poder público pelas mínimas condições de habitabilidade. Enquanto foi possível, a cidade cresceu de forma horizontal, sendo que o fenômeno da verticalização é recente (FRANKLIN, 2008).

Nos anos de 1981 e 1996 o município de Imperatriz, passou por um processo de divisão territorial criando-se novos municípios: Açailândia(1981),

Cidelândia (1996), Davinópolis (1996), Governador Edson Lobão (1996), São Pedro D'água Branca (1996), Vila Nova dos Martírios (1996) e São Francisco do Brejão (1996). Atualmente o município possui uma área de 1.369 km² e uma população de 247.553 habitantes (IBGE, 2010).

No início de século XXI, a instalação de grandes empreendimentos no município e em sua esfera de influência, como por exemplo, a construção da hidrelétrica de Estreito, da Indústria Suzano - Papel e Celulose e a instalação de instituições de ensino superior, houve um reavivamento do interesse de grande quantidade de pessoas por Imperatriz. Os investimentos tanto na esfera privada, quanto na esfera pública (federais, estaduais e municipais), não foram capazes de atender às demandas da população por obras e serviços, de modo especial aqueles relacionados à infraestrutura.

Imperatriz tornou-se um atrativo para pessoas de todo o Brasil, numa reedição do processo migratório ocorrido no final da década de 1950 e início da década de 1960. As pessoas estão vindo para Imperatriz em busca de trabalho e melhor qualidade de vida. No entanto, há problemas de moradia, os imóveis construídos são insuficientes para o atendimento da demanda, está havendo especulação imobiliária, a cidade se transformou em um canteiro de obras em que se constrói conjuntos habitacionais horizontais e verticais, assim como prédios comerciais.

Mesmo tendo-se iniciado nos últimos anos, construções voltadas às classes A e B, é preocupante a ocupação do espaço geográfico urbano. Urge a necessidade de se realizar um planejamento urbano estratégico que venha atender as necessidades e demandas da população.

Os problemas existentes em relação à ocupação do solo urbano, são muitos e de diversas ordens, como por exemplo, o crescimento demográfico descontrolado. Além disso, constata-se grande quantidade de terrenos baldios, os quais, sem os necessários cuidados, transformam-se em lixões.

Assim a promoção de uma política de habitação de interesse social, deve estar em consonâncias com todas as demais políticas setoriais, sob pena do objetivo não ser alcançado. O Plano Diretor do município, mesmo após uma década de sua aprovação, ainda não foi totalmente regulamentado. Para isso, o município deve investir na instituição e fortalecimento de órgãos que garantam a gestão participativa, como por Exemplo, o Conselho Municipal de Habitação, dentre outros e ao mesmo tempo propiciar assessoria técnica, jurídica, social e urbanística aos movimentos sociais interessados em políticas de habitação de interesse social.

Pode contribuir também para o fortalecimento dos debates que envolvem os interesses da cidade de Imperatriz, de modo especial, no que se refere à condução de políticas públicas de desenvolvimento urbano e das políticas habitacionais do município, as quais precisam ser implementadas, sob pena da cidade de Imperatriz continuar inadequada à habitabilidade com qualidade.

Devido aos vários aspectos apresentados, é necessário analisar a ocupação territorial do município de Imperatriz, para que se possa propor às autoridades e à sociedade em geral, um planejamento urbano adequado para uma cidade de médio porte que cresce economicamente de forma acelerada tendo condições de proporcionar uma qualidade de vida melhor a sua população.

1.5 Organização da dissertação

O trabalho está organizado com a seguinte estrutura:

No capítulo I, o qual se constitui como a introdução, apresenta-se o problema e objetivos de estudo, assim como sua delimitação e relevância.

No capítulo II, destaca-se a revisão de literatura, a qual se constitui como o quadro teórico ou modelo de análise necessário e suficiente ao enquadramento do aspecto do real pesquisado, de forma que os dados empíricos pudessem se manifestar e serem analisados.

Nesta seção utilizando-se da literatura especializada disponível e a que se teve acesso, abordou-se questões relacionadas à história do fenômeno da urbanização, do processo de urbanização no Brasil, inclusive destacando-se o processo de verticalização enquanto forma alternativa de ocupação do solo urbano.

Além disso, abordou-se a questão do desenvolvimento, dos marcos legais que regulamentam a ocupação do solo urbano no Brasil e realizou-se uma contextualização histórica do município de Imperatriz como forma de compreender como se deu a ocupação de seu solo urbano. A seção se encerrou com uma abordagem sobre o Plano Diretor de Imperatriz.

No capítulo III descreveu-se a metodologia, definiu-se os métodos utilizados durante a pesquisa, o tipo de pesquisa, área de realização, população e amostra, instrumentos, plano para coleta de dados e planos para análise dos dados.

No capítulo IV apresentou-se os resultados e as discussões dos dados empíricos coletados em documentos, de modo especial, em Censos do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na seção do Plano Diretor de Imperatriz que trata da política pública de urbanização do município.

Nas considerações finais realiza-se uma síntese do corpo da dissertação, com os principais resultados alcançados pelo estudo, bem como as indicações de aplicação da pesquisa por outros pesquisadores da mesma área de concentração do saber e mesmo de outras áreas a ela correlatas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura constitui-se como a moldura teórica necessária ao enquadramento do aspecto do real a ser pesquisado empiricamente, uma vez que o dado empírico só se manifesta à luz de um quadro teórico que o anteceda e à luz do qual deve ser analisado.

2.1 O fenômeno da urbanização

O ser humano costuma ser definido como um ser gregário, isto é, como um ser possuidor do instinto que o impulsiona a viver em bandos ou grupos, fenômeno que talvez explique o surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos. É claro que a vida em grupo, mesmo nos momentos mais primitivos da história humana, representava vantagens relacionadas à defesa e mesmo à sobrevivência dos grupos e dos indivíduos que viviam em um ambiente natural hostil.

Compreende-se que a sobrevivência humana nos primórdios da humanidade, consideradas as dificuldades da provisão de alimentos e defesa em face de predadores, se caracterizava como uma verdadeira epopéia. Como afirma Silva (2010, p. 3), em um pequeno ensaio sobre *O enigma do homem*, obra de Edgar Morin,

Toda essa epopéia humana, através do tempo, propicia o aparecimento dos grandes núcleos urbanos, as metrópoles, as quais se transformam no centro da complexidade social. É aí, no dizer de Morin, que se fixam o aparelho estatal, a administração pública, o templo, a guarda e a polícia. Daí desenvolvem-se a especialização do trabalho, a estratificação das castas ou das classes sociais, e é também na metrópole, que se desenvolvem o comércio, as trocas, o artesanato e a indústria, bem como o aparecimento e o desenvolvimento da escrita.

As cidades, por assim dizer, se configuram como o centro, não apenas das complexidades sociais, mas de todas as complexidades que envolvem o ser humano e suas relações uns com os outros, com a natureza, com a economia e com a política. As cidades se caracterizaram e se caracterizam como nichos ecológicos complexos capazes de propiciar boas e más condições de vida, dependendo da forma como são construídas e administradas.

O fenômeno da urbanização, embora não seja linear, sendo por vezes, mais ou menos intenso, é constante, como demonstra Dowbor (2008, p. 25), “O processo de urbanização em nível mundial continua forte. Com a passagem do milênio, o mundo passou a ter metade da sua população nas cidades”.

O processo de urbanização se constitui como um fenômeno contínuo difícil de ser minimizado, de modo especial porque as cidades, de forma real ou idealizada, terminam por suscitar a possibilidade de melhores oportunidades de estudo, de trabalho, e, em decorrência, uma vida mais confortável, o que nem sempre se mostra como verdadeiro.

Assim, as cidades, pelo menos desde o início da Revolução Industrial, possuem em seu território, formas de ocupação do solo e de formação do espaço que muitas vezes simbolizam um período de mudanças econômicas ou sociais. Tais mudanças, conforme Spósito (1988) provocam um desenvolvimento na sua estrutura urbana que é produzido pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações, como por exemplo, as relações socioeconômicas constituídas a partir da consolidação dos sistemas de produção.

O crescimento das cidades ocorreu em seu tempo, de forma horizontal ou vertical. A população e a economia cresceram e se desenvolveram e, novas formas de ocupação do espaço urbano foram criadas para satisfazer a demanda da distribuição populacional, seja essa por moradias, comércio ou empresas, ou mesmo como formas de investimento de capital.

A cidade se expande, e nesse processo de expansão urbana pode-se verificar que o crescimento “para cima” está mudando a paisagem e que a cada dia se percebe que essa expansão, conhecida como verticalização, e que até a algumas poucas décadas, conforme Sahr (2000) acontecia apenas nas grandes cidades, começou a ocorrer em cidades médias.

O crescimento de muitos núcleos urbanos tem ocorrido no território brasileiro face ao seu desenvolvimento econômico das últimas décadas. Não são

apenas as cidades das regiões mais industrializadas, por exemplo, que estão se desenvolvendo. Em alguns estados, muitas cidades saíram do conceito de cidades pequenas e passaram a ser classificadas como cidades médias, e cidades médias passaram a ser consideradas cidades grandes.

Para classificar uma cidade, utiliza-se o número da população. Segundo o IBGE (2011), uma cidade pequena possui entre 500 a 100 000 habitantes, uma cidade média possui de 100 001 a 500 000 habitantes, uma cidade grande possui população superior a 500 000 habitantes; acima de 1 000.000 de habitantes estão às metrópoles e acima de 10.000.000 de habitantes, estão as megacidades.

2.2 O processo de urbanização no Brasil

O fenômeno da urbanização, guardadas pequenas diferenças, se constituiu como um processo semelhante em todo o mundo, inclusive no Brasil. Claro que durante muito tempo o Brasil se configurou como um país agrícola, portanto, pode-se afirmar que por séculos caracterizou-se como um País rural, e ainda por cima, com baixa densidade demográfica. Na compreensão de Oliveira Viana (1956 *apud* SANTOS, 2009, p. 19 – Grifo no original),

“[...] o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial”.

Segundo Deák e Schiffer(1999), em 1950 o Brasil tinha como população 33 milhões de camponeses e 19 milhões de habitantes nas cidades, caracterizando-se como um país fortemente agrário. Ao passo que hoje o Brasil tem uma população quatro vezes maior, com características de uma população urbanizada. O que gerou várias transformações qualitativas e quantitativas, no que se refere às condições da produção nas áreas urbanas, crescimento econômico e as condições de vida nas aglomerações urbanas.

A agilidade e a intensidade como tem ocorrido o processo de urbanização no Brasil a partir da década de 1960, demonstra a necessidade da construção de um planejamento urbanístico, demonstrando a gestão dos governos, a importância de políticas habitacionais que estabeleçam políticas públicas voltadas para um conjunto de ações de ordenações espaciais das atividades urbanas.

O Brasil, por assim dizer, nasceu no campo e nele permaneceu por longo período de sua história. As cidades do período colonial, não se apresentavam exatamente como local de moradia definitiva das pessoas, mas como um local em que possuíam uma casa para passarem determinados e curtos períodos, quase sempre, em momentos festivos.

Além disso, possuir uma propriedade na cidade, mais que possuir um bem físico, material, apresentava-se, do ponto de vista simbólico, como uma ostentação de poder econômico, político e social, como demonstra Santos (2009, p. 19-20), “No começo, a “cidade” era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. [...] sua evolução vai depender da conjugação de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado”.

Neste caso, como se percebe, a cidade não se configura apenas como um espaço geográfico, mas como um espaço em que se deseja e se pode ostentar o poder de que é se possuidor. O grande proprietário rural, poderoso em seu ambiente, tem seu poder pouco reconhecido. Assim, utiliza o espaço urbano para ostentá-lo.

No entanto, compreender o fenômeno urbanístico no Brasil, não se apresenta como tarefa simples, como demonstram Batista e Dias (2008, p. 2):

Para se ter uma visão completa do uso do solo urbano há se fazer uma abordagem abrangente, desde os tradicionais princípios do Urbanismo e da Arquitetura, até análises que envolvem diferentes escalas no tempo e no espaço, uma vez, que o que ocorre hoje nas cidades é fruto do que aconteceu no campo e do contexto histórico do desenvolvimento do país que passou de uma economia de produção primária, basicamente agrícola, para um modelo com forte componente industrial.

Depreende-se a partir da compreensão de Batista e Dias (2008) que o espaço urbano, no Brasil, foi gestado no espaço rural, e dele recebeu as condicionantes do que veio a se tornar. Tais condicionantes dizem respeito a fatores relacionados, talvez não ao processo de desenvolvimento integral do País, mas a seu processo de progresso econômico, o qual, em sua gênese, assentou-se no setor primário da economia, e depois, no setor secundário.

O progresso que se iniciou no campo com a produção agrícola e pecuária, depois alcançou os espaços urbanos de maior porte, na forma da produção industrial. O processo de industrialização do País terminou por render resultados positivos e negativos.

Como resultado positivo, pode-se anotar a diversificação do processo de produção e a disponibilização dos mais variados tipos de produtos para o atendimento das necessidades e dos desejos humanos. As cidades apresentam-se como pólo para o qual converge a produção, tanto dos próprios centros urbanos, quanto das áreas rurais, o que representa disponibilidade de bens e serviços, bem como fácil acesso a eles, visto que se encontram disponíveis em um mesmo local.

Como resultado negativo, pode-se apontar a emergência do êxodo rural: esvaziamento do campo e inchaço das áreas urbanas e poluição dos cursos de água às margens dos quais as cidades foram construídas. Cabe ressaltar que as cidades brasileiras, em seus primórdios, localizaram-se quase sempre às margens dos rios, uma vez que eles se apresentavam, por vezes, como as únicas vias de acesso a elas, já que não havia uma estrutura viária composta por estradas e ferrovias.

Além disso, como pontuam Batista e Dias (2008), com o crescimento das cidades houve grande especulação imobiliária e segregação social e econômica, como escreve Almeida (2010, p. 31-32),

A chegada da industrialização na Idade Contemporânea transformou a vida das cidades, podendo elas então sustentar concentrações demográficas cada vez mais densas. Nos séculos XVIII e XIX, o processo industrial exigiu a concentração da mão-de-obra perto das fontes de energia e transporte. Com isso, as populações passaram a ter acesso a bens industrializados e deslocaram-se para os centros urbanos em busca de trabalho. Este deslocamento favoreceu o surgimento das cidades industriais.

Significa que o processo de industrialização desencadeado pela Revolução Industrial, por diversos motivos, terminou por modificar de forma definitiva a configuração das cidades na Europa. As cidades, até então, salvo raras exceções, pequenos núcleos urbanos, concentraram em um só lugar, pessoas oriundas do meio rural, com o fim de disponibilizar mão de obra para a indústria iniciante.

Não bastasse isso, outra categoria de pessoas não pertencentes à classe trabalhadora, mas detentoras de posses e recursos financeiros que residiam na zona rural, também se mudaram para as cidades em busca das comodidades representadas por bens industrializados e por serviços só possíveis, àquele momento, no ambiente urbano.

A urbanização ocorrida na Europa, desde a Revolução Industrial, também foi verificado no Brasil, país que, como já se disse, era predominantemente agrário desde o início da colonização até pelo menos metade do século XX, com o processo de industrialização, urbanizou-se de forma intensa e crescente, como demonstram Deák e Schiffer (2010, p. 11), os quais afirmam que o Brasil,

Em 1950, tinha uma população de 33 milhões de camponeses – em crescimento –, com 19 milhões de habitantes nas cidades, ao passo que hoje tem a mesma população no “campo” – agora diminuindo – e a população urbana sextuplicou para mais de 120 milhões¹.

Dados mais recentes, Censo 2010, mensurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), dão conta de que em uma década a população urbana do Brasil cresceu de 81% para 84%, portanto, apenas cerca de 16% da

¹ Os dados contidos nesta citação estão desatualizados, uma vez que a 1ª edição do livro foi publicada em 1999. Estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicada no Diário Oficial da União aponta que o Brasil tem uma população de 193.946.886 de habitantes. Os dados foram calculados para o dia 1º de julho de 2012.

população brasileira vive no campo. Assim, pode-se afirmar que o Brasil tornou-se urbano. No entanto, Dowbor (2008, p. 25-26), alerta que

Essa afirmação deve ser vista com bom senso. Muitas cidades são pequenas e constituem mais um aglomerado rural do que propriamente uma cidade. Mas o fato é que mesmo nos municípios pequenos, é no núcleo urbano local que se tomam as decisões sobre o conjunto do território, ou seja, a própria articulação urbano-rural se dá a partir das cidades.

A reflexão de Dowbor (2008) é pertinente, de sorte que o fenômeno da urbanização deve ser percebido com cautela, o que não descaracteriza a hipótese de que o Brasil, em poucas décadas deixou de ser um País rural, para tornar-se urbano. E a tal ponto, que mesmo nas pequenas cidades, as decisões em nível de planejamento e gestão públicos, inclusive no que diz respeito aos interesses da área rural, são tomadas na cidade. Conforme Magalhães (2005, p. 359),

Presentemente, o fluxo de migração campo-cidade sofre acelerado decréscimo, e as políticas governamentais têm enfatizado os investimentos na área rural e nas regiões menos desenvolvidas, a fim de fixar os moradores na região e incentivar o processo de retorno dos migrantes, ainda sem grandes sucessos.

Embora a migração campo-cidade no Brasil, se configure como um fenômeno constante, não se pode negar os esforços de políticas governamentais no sentido de reduzir seu fluxo. Por outro lado, cabe ressaltar, conforme Magalhães (2005, p. 360), que “O crescimento das áreas urbanas não decorre do abandono das atividades agrícolas, mas da modernização do campo, que combina incremento de produtividade com redução da mão-de-obra rural”. Modernizou-se a cidade e modernizou-se também o campo. Na compreensão de Santos (2009, p. 63),

Afirma-se, então, a tendência à generalização do meio técnico-científico. Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto àqueles três dados: ciência, tecnologia e informação.

Essa tendência de modernização do campo visa o atendimento das necessidades do mercado globalizado, como afirma Santos (2008), autor que reconhece que com o processo de globalização, terminou por exigir uma especialização agrícola, tendo por base a ciência e a técnica, cuja lógica aponta para aspectos relativos à competitividade produtiva.

Isso envolve diversos aspectos que se estendem desde a reorganização do território, modelos de intercâmbio e até as relações interpessoais. Confirma ainda Santos (2008, p. 304), que “A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas”. Esta participação se configura, pois, como o fundamento do modelo de cooperação, da divisão social e territorial do trabalho.

No entanto, e a despeito da modernização do campo, quando se compara os dados do último Censo do IBGE com aqueles registrados por Deák e Schiffer (2010), percebe-se que na década de 1950, quase 58% da população ainda vivia em áreas rurais. Isso é confirmado por Magalhães (2005, p. 139), o qual afirma que

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil é um predominantemente agrário, com mais de 60% da população vivendo na zona rural, com pouca ou nenhuma infraestrutura básica (saneamento, eletricidade, água encanada) disponível.

Acrescenta Magalhães (2005), que o responsável pela acelerada urbanização no Brasil, foi o processo de industrialização e a política previdenciária instituída a partir de legislação trabalhista e previdência concebida e implementada pelo Estado Novo, elementos que privilegiaram o setor urbano em detrimento da área rural. O resultado mais evidente foi migração campo-cidade, o que resultou, em três décadas, em profunda mudança na configuração demográfica no Brasil.

Já na década de 1960, como se pode observar na Figura 1, 54,9% da população vivia em áreas rurais e 45,1% vivia em áreas urbanas, cujo fenômeno jamais encontrou um ponto de equilíbrio, de sorte que em 2010, quase 85% da população habitava a área urbana.

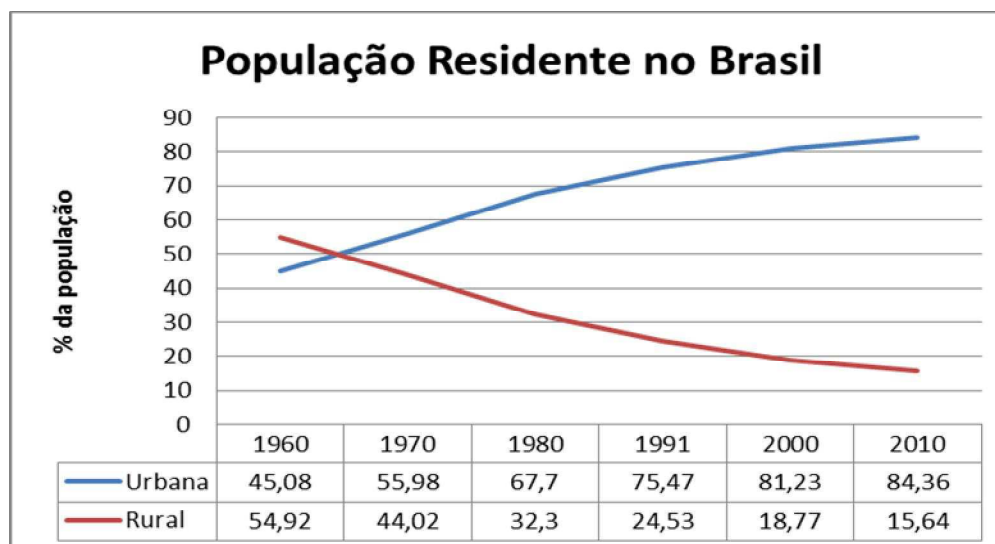


Figura 1 – População residente, em %
Fonte: Serie Histórica IBGE

Como se percebe, o Brasil de hoje não é o mesmo da década de 1960. Ao longo de pouco mais de meio século, o Brasil deixou de ser um País rural para transformar-se em um País urbano. Na década de 1960 o Brasil era composto por 2.766 municípios, enquanto em 2010 já conta com 5.565 municípios, um crescimento de mais de 100%.

No entanto, este não se configura como um fenômeno de ordem migratória apenas, mas a outros fatores, como por exemplo, conveniência política quanto a criação de novos entes federativos. Mesmo assim, não se pode ignorar o fato de que, não apenas a criação de novos municípios, mas o crescimento das cidades já existentes se deve à migração do campo para as áreas urbanas, como demonstram Martine e McGranahan (2010, p. 11),

O Brasil experimentou, na segunda metade do século 20, uma das mais aceleradas transições urbanas da história mundial. Esta transformou rapidamente um país rural e agrícola em um país urbano e metropolitano, no qual grande parte da população passou a morar em cidades grandes.

Tanto é que neste início de século XXI, pelo menos cerca de dois quintos da população brasileira habita essas cidades grandes, pois são elas que oferecem, pelo menos do ponto de vista teórico, as melhores oportunidades de mudança na

qualidade de vida. No entanto, o urbano não se configura apenas como um espaço em que se dão as relações sociais e econômicas, dentre outras.

O espaço urbano é criado a partir do solo urbano e da forma como ele é utilizado. Na compreensão de Carlos (1994 *apud* CARVALHO JÚNIOR, 2007, p. 27 – Grifos no original), destaca o solo urbano como a principal característica da reprodução do espaço urbano e do capital. Diz ele:

“A reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Se de um lado, aproxima a indústria, a matéria-prima (e auxiliares), os meios de circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas), a força de trabalho e o exército industrial de reserva, de outro “aproxima” pessoas consideradas consumidoras”.

Conforme Carvalho Júnior (2007), as condições citadas acima, são criadas e executadas no espaço urbano, nas cidades. Isso porque elas, enquanto espaço social têm o dom de juntar em um mesmo lugar, a população, o sistema e os instrumentos de produção, necessidades, atividades, serviços de infraestrutura, mão-de-obra, mercadorias, e todos os demais elementos constituintes das necessárias relações que se estabelecem no espaço urbano.

Acrescenta ainda Carvalho Júnior (2007, p. 27), que “A cidade é o espaço do viver, das relações e dos conflitos sociais’. ‘[...] representa um dado meio de produção e reprodução do sistema vigente, ela é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido’”. A cidade se constitui como mais que um espaço de viver e de conviver. É como um organismo vivo autopoietico. Enquanto produz, reproduz a si mesma.

Mesmo diante de todas as possíveis vantagens representadas pela urbanização, é preciso compreender que as cidades, pequenas ou grandes, não são frutos do acaso, mas de intencionalidades e atitudes calcadas em uma lógica, a lógica do sistema de produção, no caso brasileiro, do sistema de produção capitalista. Tanto é que as cidades juntam, no mesmo espaço, os mais diferentes tipos de pessoas, mas não incluem. No dizer de Santos (2008, p. 307), historicamente,

A cidade já vinha criando seus excluídos e os seus irracionais. O processo de globalização acelera esta tendência. Ao mesmo tempo, há uma demanda de produtividade por atores privilegiados e uma produção de irracionalidade para a maior parte.

Todo esse acelerado processo de urbanização da sociedade brasileira pode ter gerado um processo de exclusão social, tornando mais evidente a marginalização e a violência urbanas que são questões de preocupação e apreensão, tanto para os habitantes das cidades, quanto para os gestores dessas unidades federadas, os municípios.

Com o crescimento das grandes cidades foram surgindo pontos de ocupação do espaço territorial, que por sua localização em relação ao centro, localizam-se na periferia, para onde as parcelas mais pobres da população são deslocadas, isso não significa que periferia é sinônimo de pobreza.

Essas pessoas passam a ocupar espaços e construir moradias que não oferecem condições mínimas para uma sobrevivência com dignidade, além das condições de transporte, segurança, saúde e espaços para lazer, dificultando o convívio social, o que na maioria das vezes, resulta em conflitos entre os próprios moradores da comunidade. Na compreensão de Martine e McGranahan (2010, p. 20 – Grifos no original),

A maioria da população de baixa renda no Brasil vive em lugares e moradias inadequados devido à ausência de medidas apropriadas para preparar e acomodar o crescimento urbano. Esse descaso caracteriza a expansão urbana do último século e ainda persiste nos dias de hoje. Apesar de muitas décadas de crescimento rápido e da proliferação de favelas em quase todas as cidades, os assentamentos informais têm sido tratados como problemas transitórios de ordem pública, os quais precisam ser eliminados ou que vão desaparecer sozinhos com o “desenvolvimento”.

Por assim dizer, as relações que caracterizam os vários segmentos sociais componentes das cidades, não são dialógicas, mas dialéticas. De um lado, há os privilegiados de toda ordem, e, de outro, os desafortunados que habitam a periferia física e social das cidades, que mais não são que *insumos* que alimentam a grande máquina capitalista neoliberal. No entanto, as cidades produzem, para muito

além de comodidades, também os irracionais, os quais estão na periferia, mas também no centro.

Claro que o ambiente rural também produz irracionalidades. Quase tão tecnológico quanto áreas urbanas, na percepção de Santos (2008), o campo assim modernizado e tecnológico, apresenta-se como o espaço ideal às novas formas de produção monoculturais e a novas formas de arranjos produtivos, calcados na ciência e na técnica, mas também na informação.

Sem a informação, diz Santos (2008), nenhum trabalho rentável é possível. A despeito disso, afirma Santos (2008, p. 307), “A difusão dessa informação no espaço da contigüidade assegura a uma dada área uma certa comunidade de preocupações, ainda que os interesses dos diversos atores sejam adversos”. A despeito dessa relação, comunidade de preocupações, a busca de soluções não aponta para o interesse comunitário, mas para uma política de defesa de interesses particulares, o que se apresenta como uma irracionalidade.

Os problemas urbanos são contínuos e vêm se acumulando ao longo do tempo. Além do surgimento das favelas, invasões, vilas que nascem e se expandem, a retenção especulativa de terrenos é constante, o que termina por impor limites à expansão horizontal das cidades, cujo adensamento populacional impõe uma verticalização sem precedentes. Ainda conforme Martine e McGranahan (2010, p. 20 – Grifos no original),

Na maioria dos casos, o poder público somente se intromete para tentar impedir esse crescimento. Muitos anos depois, porém, são frequentemente geradas pressões para tentar “resolver” esse cancro e/ou para angariar os votos da população que vive nele. Essas atitudes são coerentes com as normas e valores de uma sociedade desigual que, historicamente, raramente tem priorizado as necessidades e os problemas de sua população mais pobre.

Na verdade, via de regra, os pobres têm sido considerados como um problema no Brasil. No entanto, a partir de uma percepção pautada no desenvolvimento regional, passou-se a perceber os pobres não mais como um problema, mas como agentes potenciais de transformações sociais e econômicas,

pelo menos por parte de algumas políticas governamentais, como é caso das políticas fomentadoras da melhoria da renda das pessoas mais pobres.

Para além dos problemas humanos das cidades, há o problema ambiental: nas cidades são comuns as agressões ambientais, e parece não haver maior preocupação com a sustentabilidade, tanto por parte da população, quanto por parte de muitos gestores públicos, de forma a se poder garantir alguma qualidade de vida às gerações futuras.

Diante disso, a intervenção dos agentes públicos se faz necessária no sentido de se promover uma ocupação urbana organizada e pautada na sustentabilidade das cidades para se ter condições adequadas de sobrevivência para a população, uma vez que a distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização é injusta, pois não alcança a todos seus habitantes de modo equitativo.

No caso brasileiro, poucas são as cidades construídas a partir de um planejamento. Os núcleos urbanos foram surgindo em locais escolhidos, não a partir de critérios técnicos, mas a partir das necessidades humanas. Tais locais deveriam apresentar fácil condição de acesso e de comunicação e clima adequado à vida com saúde, dentro das condições naturais e tecnológicas disponíveis em cada época.

O resultado de tudo isso são problemas os mais diversos. O rápido processo de urbanização intensificado na segunda metade do século XX e que encontrou seu vértice na década de 1990, culminou, conforme Magalhães (2005, p. 359), no

[...] crescimento da marginalidade, com a expansão das favelas, gigantescos aglomerados urbanos com pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico, que circundam as grandes cidades, tornando-se foco de atividades criminosas que muitas vezes assumem o controle desses espaços urbano em detrimento do poder estatal.

É possível que por falta de planejamento, compreendido aqui, conforme a definição de Souza, (2010, p. 46), de que “Planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de

manobra”, as cidades, construídas para proporcionar comodidades ao ser humano, tenham-se tornado uma grande fonte de problemas de toda ordem. Tanto é que os agentes públicos, responsáveis pela gestão das cidades, tenham muita dificuldade para atender às demandas crescentes da população, em face de orçamentos limitados e, por vezes, inadequados.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos em conduzir o processo de ocupação ordenada da área urbana, surge a necessidade de estabelecer um planejamento para que se possa adotar estratégias e estabelecer metas para uma ocupação urbana de forma a utilizar todo o potencial dos recursos existentes, na tentativa de promover o bem-estar social da população das cidades.

Essa preparação se estabelece efetivamente no momento em os agentes públicos no ato de planejar prevêm condições essenciais para a promoção do bem-estar social e evitar prováveis problemas que poderão ocorrer ao longo do tempo em decorrência da ocupação do solo urbano.

Segundo Clemente e Higachi (2000) o ato de planejar tem significado amplo e refere-se ao conjunto de atividades de estudo e previsão que serve de suporte à tomada de decisões, de sorte que o planejamento de uma instituição pública dá-se a partir do território sobre o qual exerce suas atividades, neste caso, o solo urbano.

O planejamento tem significado importante para que o gestor público possa desenvolver projetos públicos voltados à organização da estrutura urbana, utilizando em potencial o espaço geográfico que o município possui, proporcionando à população da cidade, melhor qualidade devida e condições para que a mesma cresça de forma ordenada, aproveitando de forma sustentável toda a sua riqueza.

Os planos de desenvolvimento regional são indispensáveis para que o gestor público possa traçar metas para o que se pode denominar de regiões-problemas e através de suas metas buscar desenvolver atividades para estimular o crescimento econômico da região.

2.3 Verticalização: forma alternativa de ocupação do solo urbano

Segundo Botelho a produção do espaço como estratégia do capital ao longo de sua história, do sistema capitalista de produção, o espaço surge como parte dos circuitos de valorização do capital, seja pela mercantilização da terra ou pelo parcelamento, loteamento ou verticalização gerando assim uma circulação do capital financeiro.

Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas IPEA (2009) desde a década de 1970, as cidades médias brasileiras têm desempenhado um papel importante na dinâmica econômica e espacial do País. Atualmente seu fortalecimento é evidenciado pelo processo de desconcentração da produção e da população no território nacional.

As áreas tradicionais de desenvolvimento, como é o caso das regiões Sudeste e Sul, nas quais se concentra a maior parte das grandes cidades brasileiras, passaram por mudanças e o desenvolvimento de outras áreas culminou no fortalecimento das cidades médias. Isso porque ocorreu uma desconcentração da economia.

No Brasil, de acordo com Lemos e Pereira (2003) o processo de desenvolvimento econômico caminhou para uma concentração até o início da década de 1970, principalmente na área metropolitana de São Paulo (AMSP). A partir daí, inicia-se um processo de reversão da polarização, ocorrendo, em sua primeira etapa, um relativo espraia mento da produção industrial em nível nacional.

Mesmo nas regiões Sudeste e Sul onde é encontrada uma quantidade significativa de polarização da economia, as mudanças ocorreram. O que ocorreu não foi o enfraquecimento da economia nas áreas tradicionais, mas sim, um desenvolvimento econômico de outras regiões, independente se esse desenvolvimento estivesse ligado apenas à indústria.

Nas últimas décadas, as cidades médias passaram a concentrar uma quantidade significativa da população urbana do País, sendo seu crescimento

superior ao ritmo de crescimento urbano das cidades de grande porte. As cidades médias brasileiras, de fato, distinguem-se pelos índices de crescimento populacional, quer dizer, tais cidades vêm apresentando, nas últimas décadas, como afirma Bessa (2005), um ritmo de crescimento demográfico superior ao observado para o conjunto dos centros urbanos brasileiros.

Segundo o IPEA (2007), do ponto de vista populacional, as cidades grandes e pequenas encolheram entre 2000 e 2007, enquanto as médias cresceram. Nessas cidades desenvolveram-se os setores secundários e terciários da economia. Muitas dessas cidades passaram a polarizar o poder econômico e uma parte da população brasileira dentro dos Estados ou fora deles, passaram a buscar nessas cidades, novas oportunidades de desenvolvimento em busca de melhoria na qualidade de vida.

Com o crescimento econômico e populacional das cidades médias, a verticalização tem ocorrido de modo intenso, pois a busca por ocupação do espaço urbano tem-se produzido dessa forma. O crescimento vertical para muitos, pode ser visto como uma solução para a falta de território urbano que, não mais tendo para onde se expandir na dimensão horizontal, acaba seguindo a verticalização. Isso não acontece em todas as cidades, pois muitas vezes os limites planos não chegam a ser utilizados em sua totalidade, não se fazendo, portanto, necessário o processo de verticalização.

Entende-se que a verticalização é um processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, principalmente consubstanciado na forma de habitação como é o caso do Brasil. (MENDES, 1989, p. 38).

Então, por mais que se discuta e analise o processo de verticalização o mesmo não pode ser visto como solução para problemas urbanos, como a falta de moradia e falta de espaços. É uma forma de apropriação de capital que controlam e reproduzem o espaço urbano.

Segundo Harvey (2005), muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo, foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades.

Os grandes e altos edifícios incrementam a paisagem urbana. Muitas pessoas afirmam buscar dentro desses arranha-céus ou condomínios mais “conforto” ou “segurança”. Isso, no entanto, quase sempre se apresenta como uma falácia. Os grandes edifícios verticais são, na verdade, símbolos de poder e de riqueza. Eles são construídos cada vez mais belos e imponentes na medida em que estão mais próximos da zona central de uma cidade, onde o preço do metro quadrado costuma ser mais alto.

No entanto, a verticalização não ocorre apenas nas áreas mais valorizadas das cidades, mas por vezes, ocorre também na periferia, porém, sem as mesmas disposições funcionais das infraestruturas que ocorrem nas regiões centrais. O crescimento das cidades principalmente na periferia, quase nunca é acompanhado pelo progresso e pela boa qualidade de vida.

Em muitos casos, os edifícios residenciais localizados na periferia vão atender uma classe social com um menor poder aquisitivo. Tais edifícios acabam sendo na maioria, condomínios ou não, de prédios mais baixos e sem os mesmos serviços encontrados nos edifícios da zona central; isso exemplifica o que afirmou Oliveira (1982), que o urbano é a reprodução das classes médias.

E porque não dizer das classes altas e baixas? A verticalização se caracteriza como a reprodução das classes sociais de uma cidade. O espaço verticalizado se reproduz, e é cada vez mais importante analisar sua história e seu avanço pelo território urbano a fim de compreender as formas como se dá seu desenvolvimento, como é o caso da cidade de Imperatriz.

2.4 Desenvolvimento

Por muito tempo termo desenvolvimento esteve relacionado à significação de progresso, de forma especial ao progresso ou crescimento econômico. Tanto é que os termos se apresentavam como sinônimos. No entanto, esta concepção tem sofrido modificações, tanto no campo etimológico, quanto no campo prático. Isto é atestado por Boisier (2006, p. 69), o qual afirma:

O conceito de desenvolvimento se encontra, no momento, numa fase de transição entre a antiga concepção, que o assimilava à ideia de crescimento econômico e, por conseguinte, a algo objetivo, quantificável e associado à conquistas materiais, e a nova concepção, que o representa com um processo e estado intangível, subjetivo e intersubjetivo, e que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais.

Embora não se queira discordar do autor citado, não se deseja aqui abandonar em sua totalidade a acepção de desenvolvimento que se refere a aspectos objetivos, como por exemplo, o crescimento econômico. O que se deseja é alcançar uma definição que abarque aspectos objetivos e aspectos subjetivos. Ou seja, o termo desenvolvimento, o qual, como afirma Boisier (2006), se encontra em fase de transição, deve satisfazer tanto a questões de ordem material, quanto àquelas de ordem imaterial.

Ao referir-se à relação economia – desenvolvimento, afirma Sen (2000) o seguinte: é importante reconhecer o papel da riqueza para determinação das condições e para a promoção da qualidade de vida das pessoas. Entretanto, a concepção de riqueza que se deve considerar como adequada, quando se trata das políticas econômicas de Estado, se estende para muito além do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). Acrescenta Sen (2000, p. 28-29) que:

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para a compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como objetivo básico apenas a maximização da renda ou riqueza, [...]. o crescimento econômico não pode sensivelmente ser considerado um fim em si mesmo.

Para Sen (2000), o desenvolvimento, embora não possa estar dissociado do progresso econômico, deve estar relacionado de forma estreita com a melhora da vida que as pessoas levam e com as liberdades de que desfrutam. Significa admitir

que a liberdade, o bem mais precioso do ser humano, vindo logo depois da vida em uma escala de valoração, deve ser não apenas preservada, mas expandida.

É a liberdade que torna a vida de cada pessoa mais rica e torna cada ser humano mais completo e mais humano em termos sociais. Assim, admite-se que o desenvolvimento como a liberdade, não é algo que se encontre pronto e acabado, mas é algo processual, para cuja consecução, deve-se contar com os meios necessários, dentre eles, uma política pública adequada. Já para Furtado (1984, p. 105),

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto no contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. Dá-se como evidente que o homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades.

A concepção de desenvolvimento de Celso Furtado (1984) tem sua gênese teórica, como ele mesmo afirma, numa antropologia filosófica e em sua prática enquanto idealizador e superintendente de uma importante agência de desenvolvimento regional, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Por conta disso é que sua ideia de desenvolvimento refere-se de forma explícita à possibilidade de realização das potencialidades humanas. Assim, pode-se afirmar que não se trata de uma ideia que comporte uma mensagem positiva, visto que sua consecução encontra-se no campo da idealização.

Acrescenta Furtado (1984, p. 105) que “As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador”. Decorre desta compreensão que o desenvolvimento humano implica o desenvolvimento do ambiente ecológico em que ele encontra-se integrado.

Sem um ambiente natural e social adequado ao desenvolvimento o homem fica impedido ou pelo menos limitado na busca da satisfação de suas necessidades essenciais, de desenvolver suas potencialidades e virtualidades, bem como de exercer seu gênio criador, capaz de propiciar os necessários processos de

transformação, dentre outras coisas, das estruturas sociais. Sem tais transformações, diz Furtado (1984, p. 105), é “[...] que se cumpre o processo de desenvolvimento”.

Claro que o desenvolvimento não ocorre por acaso, mas será sempre fruto de intencionalidades. Ou, como afirma Furtado (1984), de intencionalidades e de invenção. Além disso, o desenvolvimento se dá como já se disse, em um ambiente ecológico e historicamente determinado. Isso implica na dificuldade de redução do desenvolvimento a esquemas formais, o que não significa que ele se dê forma espontânea. Ele será sempre induzido, inventado, por isso a necessidades de uma política pública de desenvolvimento.

Ao se promover o desenvolvimento, há de se considerar a possibilidade de sustentabilidade, e isso se alcança como o desenvolvimento sustentável, o qual é definido pelo RELATÓRIO BRUNDTLAND (1987 *apud* MOLINA, 2006, p. 73), da seguinte forma: “Desenvolvimento sustentável é ‘o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades’”.

O desenvolvimento, de forma ampla e o desenvolvimento sustentável de forma estrita, são necessários, mas por vezes, ao se promover políticas públicas de desenvolvimento, leva-se em consideração apenas as necessidades e desejos das gerações presentes, o que pode comprometer o processo de desenvolvimento, por falta de recursos naturais que garantam a sustentabilidade em médio e longo prazo.

Neste caso, uma política de desenvolvimento sustentável pressupõe a sustentabilidade ambiental através da utilização racional dos recursos naturais, bem como segundo Scorsolini-Comin.; Inocente e Matias (2012), através da gestão adequada e competente dos recursos hídricos e de todo o ecossistema, de forma a garantir seus benefícios para as gerações presentes e futuras, a partir da compreensão de que os recursos naturais devem ser utilizados não apenas para a manutenção da vida, mas manter a vida com qualidade.

A preocupação com o desenvolvimento regional sustentável, embora se mostre como da maior importância, inclusive para a reprodução biológica e cultural do ser humano, é recente, pois tem sua gênese na década de 1960 com os estudos e discussões sobre os riscos apresentados pela degradação do meio ambiente e utilização irracional dos recursos naturais, renováveis ou não.

De acordo com Meadows et al (1972 *apud* MOLINA, 2006, p. 73), “Em 1972 um grupo de pesquisadores do chamado Clube de Roma publicou o estudo intitulado Os Limites do Crescimento, [...] no qual alertavam sobre os perigos dos níveis de industrialização, poluição e exploração dos recursos naturais”. Não por acaso, no mesmo ano de 1972, foi realizada a Primeira Conferência das nações Unidas sobre Ambiente Humano em Estocolmo.

Da Conferência de Estocolmo, dentre diversos e importantes documentos, foi elaborada uma declaração da qual constavam vinte e seis princípios sobre meio ambiente e desenvolvimento. Conforme Molina (2006) trata-se de um documento da maior importância, uma vez que a comunidade internacional inaugurava um campo de preocupações e discussões sobre tal questão e, além disso, responsabilizava todas as nações pela manutenção do meio ambiente, com diversas consequências, dentre elas, o surgimento de posições antagônicas entre países dos hemisférios Norte e Sul.

O desenvolvimento, a despeito de sua importância e mesmo necessidade, não pode dar-se de forma ilimitada, uma vez que ele, para sua efetivação, depende dos recursos naturais e tecnológicos. De acordo com Scorsolini-Comin.; Inocente e Matias (2012)²,

Costabeber (1999) e Zanini (2006), revisando a literatura científica a respeito do tema desenvolvimento, sistematizam dois enfoques básicos: o tecnocêntrico, com ênfase na tecnologia como única capaz de solucionar todos os problemas, inclusive os sociais e ecológicos (atualmente dominante); e o ecocêntrico, que torna central o limite que a natureza impõe ao desenvolvimento.

² Simpósio Internacional de Ciências Integradas da Unaerp Campus Guarujá.

Como se depreende, o desenvolvimento não se afetiva apenas a partir de um enfoque, mas de enfoques diversificados. No entanto, enfoques como os citados acima e que não são coincidentes, podem contribuir de forma positiva para a concepção adequada de desenvolvimento quando estão associados.

Quer parecer que o desenvolvimento, em última instância, depende de dois fatores importantes:

Dos recursos naturais, porque não há possibilidade de se desencadear qualquer processo de desenvolvimento, senão a partir de um suporte material.

Dos recursos tecnológicos, porque, para se tratar a matéria de sorte que ela propicie o desenvolvimento, necessita-se dos artefatos tecnológicos adequados, inclusive para se garantir a necessária sustentabilidade. Isto é, de modo a se poder utilizar os recursos naturais necessários à satisfação das necessidades humanas, inclusa a vida com qualidade, de forma sustentável.

Isso é confirmado pelo IPEA (2009, P. 58), o qual diz: “Reforça-se, assim, a ideia de que as políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico precisam ser econômica, social e ambientalmente sustentáveis, além de aderentes às diferentes realidades regionais do país”.

Quase sempre, quando em pensa as questões ambientais, esquece-se que também mo ser humano, tal como todos os demais elementos da natureza, está inserto em um contexto ambiental do qual retira o necessário à sua sobrevivência, mas, ao mesmo tempo, causa impactos importantes.

Neste caso, a exploração dos recursos naturais em larga escala pode resultar em progresso econômico e para o desenvolvimento tecnológico. No entanto, tal progresso pode não resultar de forma positiva para o desenvolvimento social. Em decorrência, o progresso alcançado, embora significativo sob alguns aspectos pode ser prejudicial não apenas ao meio ambiente, mais também ao próprio ser humano, que vê ameaçadas as condições necessárias à reprodução da vida e da cultura.

Isto é confirmado por (SCORSOLINI-COMIN; INOCENTE; MATIAS, 2012), o qual diz:

[...] o desenvolvimento sustentável pressupõe o desenvolvimento econômico e social, na busca da realização plena da cidadania e, portanto, com incremento da produção com competitividade e equidade econômica e social entre as regiões, contemplando o acesso à infraestrutura logística, à saúde, educação e segurança.

O desenvolvimento sustentável pressupõe aspectos os mais diversos, inclusive aqueles de ordem subjetiva e da esfera dos valores, como é o caso da *busca pela plena realização da cidadania*, o que inclui a possibilidade de desenvolvimento material e econômico aliado a valores como a liberdade e a participação direta nos assuntos públicos de interesse dos cidadãos.

A plena cidadania, para ser efetivada, não depende apenas de um ordenamento jurídico propício, mas também de investimento em políticas públicas fundamentais como infraestrutura, saúde, educação, habitação, meios de transporte e a produção de bens e serviços competitivos, de forma a incluir cidadãos no sistema produtivo, única forma de reduzir as desigualdades sociais, portanto, de promover a cidadania plena com equidade. Ainda conforme (SCORSOLINI-COMIN; INOCENTE; MATIAS, 2012).

No bojo dessa discussão, [...] é preciso referir a necessidade de que a integração e o desenvolvimento regional [sustentável] incorporem exigências associadas à melhoria da qualidade de vida, à qualificação do trabalho, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e, principalmente, ao respeito à diversidade cultural e espacial, conferindo legitimidade à busca de equidade social.

O desenvolvimento sustentável considera a utilização dos recursos naturais de forma racional, ou seja, conforme Tundisi e Tundisi (2009), que ele ocorra a partir da utilização adequada e equilibrada dos recursos naturais de modo que eles atendam as necessidades das gerações presentes sem comprometer os direitos e interesses das gerações futuras e, para que ele de fato ocorra, alguns critérios, com base em Molina (2006), foram estabelecidos pela ONU:

- Controle do crescimento demográfico;

- Garantia de recursos naturais básico, como a água, os alimentos e de energia em longo prazo;
- Redução dos níveis de consumo de energia produzida através de processos e desenvolvimento de tecnologias que utilizem fontes de energia renováveis;
- Produção industrial a partir de tecnologias adaptadas;
- Controle da urbanização desordenada e integração campo-cidade de menor porte;
- Atendimento das necessidades básicas da população, como educação, saúde e moradia.

As discussões e estudos levados a efeito desde que se começou a pensar a ideia de um desenvolvimento que pudesse ser efetivado com o máximo de respeito ao meio ambiente, contribuíram para consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável de forma definitiva e com a finalidade de redirecionar os rumos do desenvolvimento global.

Esse processo teve início a partir de acordo multilateral entre 179 países, conforme Molina (2006), presentes à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Os resultados, a despeito dos dissensos verificados, se mostraram profícuos e duradouros, numa demonstração de que os interesses econômicos dos Estados-nação não podem ser mantidos à custa da irresponsabilidade no que se refere ao uso dos recursos naturais, renováveis ou não.

Nessa Conferência foi aprovada a Agenda 21 contendo os compromissos assumidos pelos países signatários de incorporar em suas respectivas políticas públicas, os princípios necessários à garantia de se promover, em escala global, o desenvolvimento econômico e social a partir dos critérios da sustentabilidade.

Pensar a cidade pautada em uma ocupação que se dê a partir de princípios de sustentabilidade, é pensar nas gerações futuras, as quais possuem o direito de contar, nos termos da Constituição da República, Brasil (1988), com um ambiente ecologicamente equilibrado e viável do ponto de vista do desenvolvimento sustentável.

Sem isso, não pode haver qualquer tipo de desenvolvimento. A sustentabilidade encontra-se na possibilidade de utilização dos recursos disponíveis de forma racional, com o fim de garantir sua inesgotabilidade e/ou seu potencial de renovação para usos futuros, e nisso consiste o equilíbrio ecológico necessário.

Tendo-se sempre em conta o que afirma Lemos (2007), desenvolvimento sustentável tem que conter, pelo menos, quatro dimensões fundamentais para sua caracterização: dimensão geográfica, dimensão socioeconômica, dimensão tecnocientífica e dimensão político-institucional, todas condicionantes necessárias ao desencadeamento do processo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

A partir desta concepção, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável deveria conter, como afirma Lemos (2007, p. 28), os seguintes princípios norteadores:

- i – Ser solidário com as futuras gerações;
- ii – Satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos;
- iii – Buscar a participação efetiva da população envolvida, que é constituída dos verdadeiros atores do processo de desenvolvimento;
- iv – Ter como meta a busca incessante da preservação dos recursos naturais renováveis e/ou não renováveis, bem como do meio ambiente em geral;
- v – Criar um sistema social que garanta o trabalho estável com remuneração digna para todos, segurança social e pessoal, e preservação cultural;
- vi – promover projetos e planos educacionais em todos os níveis para toda a população.

Como se percebe, o desenvolvimento sustentável das cidades não pode ocorrer por acaso, mas deverá ser sempre, resultante de intenções corporificadas em políticas públicas de desenvolvimento urbano, o que inclui rigoroso planejamento e vontade política.

Além disso, o desenvolvimento das cidades, não pode ser fruto apenas da vontade e do esforço do governo. Antes, deve ser efetivado com ampla participação de todos os atores sociais interessados no processo, sob pena do desenvolvimento concebido não corresponder às expectativas das forças sociais e não alcançar os resultados esperados.

2.4.1 Desenvolvimento urbano

As cidades se configuram como um complexo composto por dois aspectos importantes: em primeiro lugar, elas se constituem como ambientes naturais, na medida em que se utilizam de um espaço geográfico dado, o qual não foi construído pelo ser. E em segundo, porque o ambiente o ambiente geográfico e natural ocupado pelas cidades sofreu a ação/intervenção humana, se caracteriza como histórico e cultural. Isso é confirmado por Carlos (1994 *apud* VALADARES, 2012, o qual diz:

A cidade é um produto social e histórico [...]. Ela é, portanto, reflexo de um tempo e de um ambiente histórico: cada sociedade molda o espaço onde vive de acordo com padrões e valores típicos de sua época. É o modo ou o estilo de vida das pessoas que irá determinar a configuração a ser desenhada em um espaço ou território; é ele que irá justificar o traçado urbanístico que se molda em uma cidade, e a forma como essa cidade será mantida ou sustentada pela sociedade que nela vive.

Em decorrência disso, as cidades, embora semelhantes em certos aspectos, são muito diferentes entre si. É como se cada cidade possuísse, não apenas uma configuração espacial e social, mas uma personalidade que lhe conferisse caracteres próprios.

Além disso, como diz Valadares (2012), desde sempre o ambiente das cidades esteve associado ao luxo, como é o caso das cortes antigas e das capitais atuais, à ostentação de poder de toda ordem e à produção de excedentes, além de tudo o que está relacionado com moderno e com a novidade.

Por outro lado, as cidades se apresentam como a sede do poder político e administrativo e se configura como o centro de produção da cultura, o que inclui a construção de saberes técnicos e científicos e a produção artística de forma geral.

As cidades, pode-se afirmar que se apresenta como o espaço para as melhores oportunidades e para a divulgação/compartilhamento do belo.

No entanto, nem sempre as cidades se apresentam de forma tão positiva. Para alcançar tudo o que se disse no parágrafo anterior, é necessário utilizar o espaço urbano a partir do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. E a utilização do solo e do espaço urbano com sustentabilidade, é um problema que desafia estudiosos, planejadores e gestores das cidades, uma vez que não é possível utilizar o ambiente natural, sem neles deixar as marcas da cultura, isto é, sem alterá-lo e/ou degradá-lo.

A degradação ambiental nas cidades, então, se configura como motivo de grandes preocupações, e uma das formas de se utilizar o espaço urbano de modo mais racional, seria se uso ser determinado a partir da ótica do desenvolvimento urbano sustentável. O desenvolvimento urbano sustentável é um conceito novo. Conforme Nobre (2004, p. 2)

A partir de 80 as teorias urbanísticas ganharam novo ímpeto com o surgimento do paradigma do desenvolvimento sustentável. Vários autores procuraram estabelecer os parâmetros para se alcançar um desenvolvimento sustentável. Essas teorias têm valorizado a combinação de formas urbanas compactas e densas, associadas ao misto, pois além de maximizar o uso da infraestrutura instalada, reduzem a necessidade de sua expansão para áreas periféricas, viabilizam a implantação de transportes coletivos, favorecem o surgimento de atividades econômicas e encorajam o pedestrianismo.

Por muito tempo as cidades cresceram de forma intensa e extensa, e, por conta disso, utilizaram demasiado espaço geográfico que poderia ter sido reduzido com a compactação e condensação dos imóveis. Neste caso, as vantagens seriam grandes: menores investimentos em infraestrutura, transporte coletivo mais adequado, e como as distâncias não seriam muito grandes, as pessoas poderiam se deslocar mais a pé, o que minimizaria o uso do transporte particular, e, em consequência, se reduziria os engarrafamentos no trânsito, com vantagem para todos.

Além disso, a compactação contribuiria para se evitar a periferização das cidades, com todos os problemas advindos desse fenômeno: maior demanda por

infraestrutura urbana e por serviços públicos essenciais e se minimizaria as possibilidades do surgimento do fenômeno da favelização, sempre problemático, de forma especial, porque são as pessoas mais pobres, portanto, com menor possibilidade de prover as próprias necessidades, que habitam as áreas periféricas. É na periferia que se desenvolvem as favelas e toda ordem de loteamentos irregulares, propícios ao desenvolvimento de patologias, da violência e da criminalidade, portanto, há na cidade, o predomínio da irracionalidade.

Isso é válido para as grandes cidades, inclusas as metrópoles e também para as cidades médias e até pequenas. As cidades, quase sempre não planejadas, surgem de povoados pequenos que por motivos os mais diversos, vão crescendo. O local da gênese das cidades recebe maior atenção da gestão pública, e, com o passar do tempo, transforma-se na região central, que por seu nível de urbanização, terminam por concentrar atividades como o comércio.

Diante disso, as pessoas que habitam a região central são estimuladas, inclusive pela especulação imobiliária, a vender seus imóveis e adquirir outros, de menor valor, em regiões mais afastadas do centro. De acordo com Nobre (2004, p. 2),

No caso das metrópoles dos países s a questão da sustentabilidade apresenta grandes desafios relacionados com o processo de produção e apropriação sociais do espaço urbano. A grande São Paulo, por exemplo, apresentou um crescimento desordenado que levou a uma grande concentração de atividades e valorização de seu núcleo central, enquanto que as áreas ambientalmente críticas foram ocupadas pela população excluída do mercado imobiliário formal.

Essa situação tem contribuído de forma significativa para o esvaziamento humano das áreas centrais para ceder lugar, como já se disse, às atividades econômicas, o que resultou no inchamento das áreas periféricas, sem as condições mínimas de sobrevivência com dignidade, cujo problema terminou por alcançar cidades de médio e pequeno portes localizadas no entorno das metrópoles, quase sempre bairros e municípios localizados em áreas mais vulneráveis do ponto de vista ambiental.

Deduz-se de tudo isso, que a ocupação inadequada do espaço urbano de grandes cidades, terminam por prejudicar a elas próprias, bem como aos núcleos urbanos de menor porte mais próximos delas. Claro que isso causou e causa preocupação, inclusive por colocar em questão a viabilidade das cidades e de suas populações. Tanto é que, em 1996, conforme Ferreira (2012)

[...] realizou-se em Istambul uma conferência designada por Habitat II “Cimeira da Cidade” que produziu um longo documento consensual sobre os princípios “do desenvolvimento sustentável dos aglomerados humanos num mundo em crescente processo de urbanização”. No documento então produzido intitulado “Agenda do Habitat” é adoptada como estratégia para um desenvolvimento urbano sustentável os princípios do parceria e participação, dado ser considerada a mais democrática e efectiva abordagem para a realização dos objectivos enunciados na referida agenda. As autoridades locais são reconhecidas como os parceiros mais próximos e essenciais para a implementação da “Agenda do Habitat”.

O avanço mais importante alcançado pela Conferência Habitat, de acordo com Ferreira (2012), talvez tenha sido a instituição da década da habitação, a qual se iniciou no ano de 2005 e se estende até o ano de 2014. Em um documento produzido na Conferência, em 2005 “[...] sobre a “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” é afirmado que o conceito de “desenvolvimento sustentável” continua a evoluir, mas que compreende três áreas chave – sociedade, ambiente e economia, sendo a cultura uma dimensão subjacente”.

As questões relacionadas à habitabilidade com sustentabilidade das cidades são justas e necessárias. No entanto, quer parecer que as políticas públicas de ocupação e uso do espaço urbano não podem ser concebidas e implementadas apenas pelos técnicos em urbanismo e planejamento.

Elas devem ser concebidas, planejadas e implementadas a partir da união desses técnicos com os segmentos sociais componentes das cidades, todos interessados em que as cidades sejam viáveis e adequadas à vida humana com dignidade e qualidade, o que inclui o respeito ao ambiente e a racionalidade no uso dos recursos naturais.

Não é demais lembrar que a forma como até aqui, tem se dado a ocupação do espaço urbano, tem causado impactos sócio-espaciais da maior importância. Afirma Nobre (2004, p. 2), que:

A valorização do automóvel e do seu espaço, a adoção do zoneamento funcionalista e a substituição do tecido urbano tradicional pelos grandes conjuntos habitacionais ocasionaram a formação de guetos e a destruição de relações sociais e afetivas importantes.

Cabe ressaltar que o ambiente urbano não pode ser apenas funcional, mas deve se apresentar, do ponto de vista de sua funcionalidade, adequado à vida e à convivência humana com qualidade e dignidade. O que parece por em cheque a teoria da compactação. Afinal, as pessoas necessitam de espaço, de liberdade e de possibilidade de convívio, e isso não pode ser imposto de forma compulsória, mesmo em nome do desenvolvimento.

As formas de convivência humana devem ser frutos do desejo, da vontade e dos consensos estabelecidos entre os cidadãos e o poder público, e não da imposição de técnicos e gestores públicos. Afinal, convivência humana está pautada em mais de uma lógica. Não se pode supervalorizar a lógica da razão e menosprezar a lógica das emoções.

Diante disso, as cidades devem se constituir como os espaços adequados ao desenvolvimento econômico, sim, mas acima de tudo, como o espaço propício ao desenvolvimento humano integral, o que requer o respeito ao ser humano e ao ambiente natural, bem como o uso adequado dos recursos, com a finalidade de assegurar os direitos das gerações futuras.

2.5 Ocupação do solo urbano: marcos legais

A ocupação do solo urbano, no Brasil, é regulamentada por um conjunto de dispositivos normativos com a finalidade, em primeiro lugar, de disciplinar o uso de um bem público, o solo urbano, em benefício de todos, de forma racional, como determina o Capítulo II da Constituição, o qual, em seu Artigo 82, conforme Brasil (2003, p. 118-119), trata da política urbana nacional, estabelece que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Como se depreende, o planejamento da ocupação do solo urbano, no Brasil, não se apresenta como uma opção dos gestores municipais, mas como uma obrigação determinada pela Constituição federal e regulamentada por legislação ordinária específica.

Já a segunda finalidade diz respeito às formas de assegurar o direito dos cidadãos que vivem em áreas urbanas, de modo que lhes possa ser garantido, dentre outros, o direito à moradia com qualidade. Assim, aqui foram analisados os dispositivos constitucionais relacionados ao tema e os dispositivos contidos no Estatuto da Cidade. De acordo com Brasil (2003, p. 119), O artigo 183 da Constituição, fixou que todo

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Este artigo abriu a possibilidade de regularização de áreas urbanas, muitas vezes ocupadas de forma irregular, como é o caso das favelas, vilas, alagados ou invasões, bem como loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias urbanas, de forma que sua regularização, através do reconhecimento oficial da posse, pode transpor os imóveis, até então irregulares, para o que se reconhece como a *cidade formal*.

Os dois artigos da Constituição têm por objetivo estabelecer os princípios norteadores da ação do poder público no que se diz respeito ao uso da propriedade, garantindo o interesse público, da segurança e do bem-estar social. Além disso, fixam meios para se estabelecer, no âmbito do Plano Diretor do município, os mecanismos para promover, de forma ordenada, sem exclusão social, a ocupação racional do espaço urbano, o que se constitui com um grande desafio das cidades brasileiras.

2.5.1 Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade, a Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001 configura-se como a Lei ordinária que regulamentou os princípios constitucionais que tratam da política urbana, tanto é que o *Caput* de seu Artigo 1º estabelece que “Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal será aplicado o previsto nesta Lei” (BRASIL, 2012). Por sua vez, o Parágrafo Único do mesmo Artigo, estabelece que:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Estatuto da Cidade se constitui como uma norma importante por estabelecer os princípios gerais, válidos para todo o território nacional, que regem a utilização do solo e do espaço urbanos. Isto é, estabelece as mesmas diretrizes para todos e cada um dos municípios brasileiros, cuja utilização deve considerar a utilização da propriedade urbana como um bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, bem como o respeito ao meio ambiente.

O Artigo 2º do Estatuto da Cidade, de acordo com Brasil (2012), estabelece o seguinte: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]”, e isso deve ocorrer, mediante diversas diretrizes gerais, as quais não serão todas abordadas aqui, já que se trata de um documento de domínio público a que todos podem ter acesso.

No entanto, como o objeto deste estudo é o planejamento e a gestão urbana da cidade de Imperatriz, a partir da análise da ocupação territorial do município, restringiu-se a análise às diretrizes gerais que tratam de forma direta, do planejamento e da gestão. Em conformidade com Brasil (2012), o Inciso IV do Artigo 2º do Estatuto da Cidade, estabelece a seguinte diretriz:

[...] planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob

sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Esta diretriz trata do planejamento do desenvolvimento das cidades brasileiras, o que envolve a distribuição da população, das atividades econômicas e do território, com vistas a se evitar e/ou corrigir distorções referentes ao crescimento urbano. Além disso, visa combater os possíveis efeitos negativos que possam incidir sobre o meio ambiente, uma vez que não pode haver vida com qualidade, se, na ocupação e uso do solo não houver respeito ao ambiente natural.

De acordo com Brasil (2012), o Inciso V do mesmo Artigo 2º tem como diretriz, “[...] oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais”. Neste caso, como se depreende do texto normativo, a responsabilidade do município não se limita às formas de uso do solo, mas compete a ele prover os meios necessários à vida das pessoas no ambiente urbano com a necessária qualidade, o que remete a questão para a esfera do planejamento e da gestão públicos.

Afirma ainda Brasil (2012), que o Inciso VI do Artigo 2º do Estatuto da Cidade disciplina o controle e o uso do solo sob a jurisdição do município, com a seguinte finalidade:

- VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
 - b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
 - c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
 - d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
 - e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
 - f) a deterioração das áreas urbanizadas;
 - g) a poluição e a degradação ambiental;

Por assim dizer, e de acordo com Barros, Carvalho e Montandon (2010, p. 93) “O 2º artigo do Estatuto da Cidade define as diretrizes que devem ser seguidas pelo Município ao elaborar sua política urbana, todas elas voltadas para garantir

idades justas, em que todos, pobres e ricos, desfrutem dos benefícios da urbanização”.

Todas estas responsabilidades do município em relação à utilização do solo urbano se inserem no âmbito do planejamento e da gestão, os quais devem estar contemplados no Plano Diretor estabelecido pela Alínea A do Inciso III do § 4º do Estatuto da Cidade e que trata do planejamento e da gestão do uso do solo e do espaço nos municípios.

O Plano Diretor se constitui ao mesmo, como fator integrante do planejamento e ao mesmo tempo, como um instrumento de negociação e de aglutinação política dos atores componentes da sociedade. Isto porque deve expressar, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos assumidos pelos agentes que conduzem o planejamento e a gestão pública e os cidadãos, o que conferem transparências às opções e decisões.

Portanto, importa que o poder público, através de seus agentes, esteja sintonizado com os interesses da sociedade como um todo, com o intuito de se alcançar os objetivos planejados e legitimar o poder de decisão, para que possam juntos, poder público e sociedade civil, encontrar formas de aproveitamento máximo dos recursos disponíveis em benefício de toda a população.

2.6 Contexto histórico da ocupação do solo em Imperatriz

A cidade de Imperatriz foi fundada em 16 de julho de 1852 por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, com a denominação de Porto de Vila de Santa Tereza. A ocupação de Imperatriz ocorreu a partir de uma expedição idealizada por Jerônimo Francisco Coelho, que tinha por objetivo inicial a construção de instalações militares às margens do rio Tocantins, bem como a remoção de obstáculos que pudessem impedir uma navegação segura por toda sua extensão.

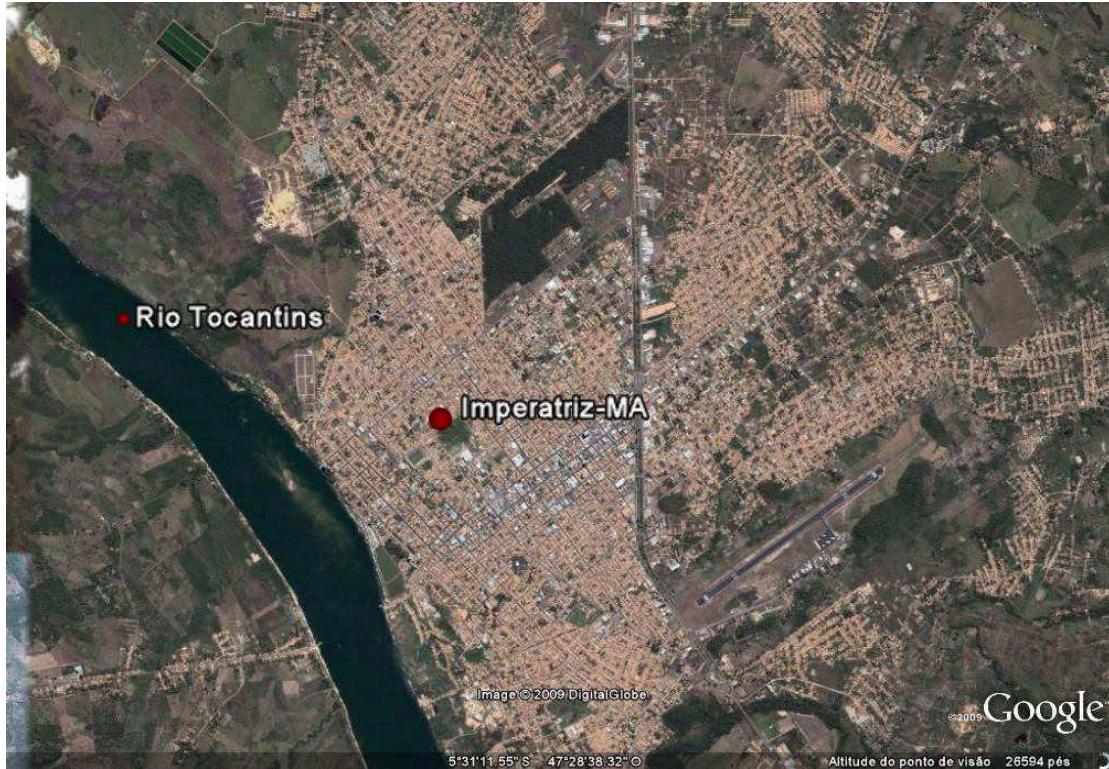


Figura 2 – Mapa da cidade de Imperatriz
 Fonte: Mendes e Burnett (2009)

De acordo com Franklin (2008), por volta da metade do século XIX quando Imperatriz foi fundada, a única via de acesso à região era o rio Tocantins. Por conta disso, a comunicação da população das regiões Sudoeste e Sul do Maranhão, era mais intensa com Belém, capital do Pará, do que com São Luís, capital do Maranhão. Como todas as povoações situadas mais ao Sul do Estado, Imperatriz viveu, por muito tempo, uma situação de isolamento. Esse isolamento só foi quebrado pelos contatos com os vizinhos Estados de Goiás e Pará. Com o primeiro deles, as relações não eram muito boas, por conta de uma histórica disputa geográfica que envolvia a posse do território de Carolina. Conforme Franklin (2008, p. 28),

Depois de 1854, o norte de Goiás e o sul do Maranhão revigoraram-se com o fim da disputa pelo território de Carolina, que durou por exatos 20 anos, e animaram-se com o estabelecimento das povoações de Santa Teresa e Porto Franco e com o avanço e conquista, pelos criadores, do território timbira nos sertões entre o Grajaú e o Tocantins.

Superadas as disputas geopolíticas entre Goiás e Maranhão, ficou facilitado o deslocamento das pessoas e o intercâmbio comercial na região. No Sul

do Maranhão começou a se desenvolver a pecuária bovina, para a comercialização da carne do couro. Este momento da economia regional e de Imperatriz ficou reconhecido como o ciclo do gado.

[...] em 1896 a Vila da Imperatriz tinha 48 casas de telha, 88 de palha; igreja Matriz coberta de telha e tapada em parte de adobos e em parte de palha, em estado de ruína. Uma capela sob a invocação do Bom Jesus, coberta de telha e tapada de adobos, de propriedade de Francisco Calixto de Araújo Catuaba. Cemitério murado, ameaçando ruínas; coletoria e agência de correios; duas cadeiras de instrução primária, mantidas pelo Estado, e uma aula particular fundada em janeiro do corrente ano (1896) com frequência de dez alunos. Tem 47 casas de negócio de secos e molhados e algumas tendas de artes e ofícios, sendo: 2 alfaiates, 5 sapateiros, 1 ourives, 5 ferreiros, 1 oleiro e 1 funileiro.

Como se pode depreender, mesmo após 44 anos de sua fundação, Imperatriz se constituía apenas como uma pequena Vila, cujo aglomerado urbano se estendia paralelo ao rio Tocantins, pela conhecida Rua 15 de Novembro e suas imediações. Esse primeiro núcleo urbano transformou-se no bairro conhecido como Cidade Velha, no qual ainda reside grande parte dos descendentes das famílias pioneiras de Imperatriz.

Por muito tempo, quase não houve novidades no que se refere à sua urbanização. Segundo Sanches (2002, p. 115),

A história de Imperatriz passou por um hiato de fatos significativos para o incremento urbano de aproximadamente 100 anos (entre as décadas de 1860 e 1950). Com o surgimento da rodovia Belém-Brasília, Imperatriz foi ocupada por imigrantes oriundos de diversas regiões do Brasil, responsáveis por diversas mudanças radicais nos aspectos econômicos e sociais da cidade que teve um grande incremento populacional urbano. Desde a época de sua fundação, a arquitetura da cidade de Imperatriz até a década de 1970 ainda não haveria passado por grandes modificações com características de construção típicas de cidades interioranas de inspiração colonial portuguesa, tendo a impressão de atraso arquitetônico.

A partir da metade da década de 1950 desencadeou-se um processo migratório de fazendeiros oriundos da região Centro-Sul do Brasil para o Oeste do Maranhão até alcançar a região Sudoeste, onde está localizada a cidade de Imperatriz. Conforme Sousa (2009) formaram-se frentes agrícolas que impulsionaram o crescimento da produção de arroz na região, que se tornou uma das maiores produtoras deste cereal.

O ciclo da produção de arroz atraiu famílias de outros estados, principalmente do Ceará. Devido às dificuldades de escoamento da produção e com o intuito de ligar a região Centro-Sul às demais regiões brasileiras, começa a partir de 1958 a construção da rodovia Belém-Brasília. Com a presença da rodovia, a cidade de Imperatriz foi objeto de diversas mudanças, dentre elas, a saída de situação de isolamento em que vivia desde sua fundação. Além disso, ocorreram várias mudanças em sua dinâmica econômica e demográfica. (FRANKLIN, 2008)

Até a década de 1950, a cidade de Imperatriz constituía-se de três ruas: a 15 de Novembro, a Coronel Manoel bandeira e a Godofredo Viana, paralelas ao rio Tocantins, seguindo a direção Norte-Sul e poucas ruas transversais. Com o crescimento da população, entre os anos de 1958 e 1960, o prefeito de Imperatriz, Mundico Barros, embora um homem simples, desencadeou um processo de abertura de ruas, avenidas e outros logradouros públicos. (FRANKLIN, 2008)

Com a construção da rodovia Belém-Brasília o fluxo migratório acelerou-se. Para a cidade vieram diversas famílias dos mais variados estados brasileiros. Os migrantes eram paulistas, goianos, mineiros, paranaenses e gaúchos, entre outros, o que concorreu para uma verdadeira explosão demográfica no município, cujo fenômeno transformou a configuração geográfica e humana de Imperatriz.

O processo migratório demandou por mais espaço na área urbana da cidade, bem como de infraestrutura e serviços públicos essenciais, para os quais a municipalidade não estava pronta, nem dispunha de recursos técnicos e financeiros para implementar. No entanto, o cidadão Mundico Barros, à época, prefeito de Imperatriz, adotou, dentro de suas limitações humanas e orçamentárias, medidas para minorar esses problemas. Imperatriz vivia, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a mais acentuada crise do seu “ciclo madeireiro” e um elevado índice de desemprego. O comércio, setor que nas décadas anteriores ganhar larga importância na economia local, sofria arduamente essa recessão (Franklin, 2008, p. 150).

De acordo com Barros (1996, p. 107), o prefeito, sem contar com qualquer auxílio técnico de engenharia e de topografia, “Traçou então o projeto que iniciava na Praça de Fátima, ultrapassava a rodovia em construção e formava a Avenida Babaçulândia”. Além dessa grande via pública, Mundico Barros construiu as seguintes ruas e avenidas, todas largas e retas, compostas por quadras uniformes:

Quadro 1 – Ruas, avenidas e outros logradouros públicos planejados e construídos entre os anos 1950 e 1960 em Imperatriz

ITEM	LOGRADOURO
1	Avenida Getúlio Vargas
2	Avenida BR-14 (depois Dorgival Pinheiro de Sousa)
3	Rua João Lisboa
4	Rua Dr. Antonio Miranda
5	Avenida Luís Domingues
6	Avenida Benedito leite
7	Avenida Aquiles Lisboa
8	Rua Monte Castelo
9	Rua Tupinambá
10	Rua Almirante Tamandaré
11	Rua José Bonifácio
12	Rua Henrique Dias
13	Rua Ana Nery (hoje Henrique de La Roque)
14	Rua Coriolano Milhomem
15	Rua Sousa Lima
16	Rua Amazonas
17	Rua Pará
18	Rua Maranhão
19	Rua Piauí
20	Rua Ceará
21	Rua Rio Grande do Norte
22	Rua Paraíba
23	Rua Pernambuco
24	Rua Alagoas
25	Rua Sergipe
26	Rua Bahia
27	Rua Minas Gerais
28	Rua Rio de Janeiro
29	Avenida Babaçulândia
30	Praça Tiradentes
31	Praça Brasil
32	Praça Lino Teixeira
33	Praça 7 de Setembro
34	Praça Esperança

Fonte: Barros (1996)

Imperatriz, contou com certo planejamento durante o seu crescimento, a despeito do executivo municipal não dispor de recursos técnicos e de contar com poucos recursos financeiros, de forma que as ruas e avenidas de Imperatriz foram abertas a machado. A ajuda com a qual o prefeito contou para efetivar esse empreendimento foi da RODOBRÁS, empresa governamental, à época responsável pela construção da rodovia Belém-Brasília que ajudou no piçarramento das ruas e avenidas.

Quadro 2 - População Urbana e Rural do Município de Imperatriz nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980

População Urbana e Rural do Município de Imperatriz nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980			
Década	Rural	Urbana	Total
1950	12.434	1.630	14.064
1960	30.182	8.987	39.169
1970	46.013	34.709	80.722
1980	108.651	111.818	220.469

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1950,1960,1970,1980

A cidade de Imperatriz, em pouco tempo, teve sua população aumentada de forma extraordinária. Entre as décadas de 1960 e 1970 havia 39.160 habitantes. Já no início da década de 1980, Imperatriz já contabilizava 220.079 habitantes (IBGE, 2008). Entretanto, nesse intervalo de tempo ocorreram várias transformações, o que mudanças substanciais em infraestrutura, arquitetura, equipamentos e serviços urbanos. Mesmo assim, não seriam suficientes para atender as necessidades crescentes da população como se pode observar nas figuras 3 e 4:



Figura 3 – Imperatriz na década de 1970
Fonte: Prefeitura Municipal de Imperatriz

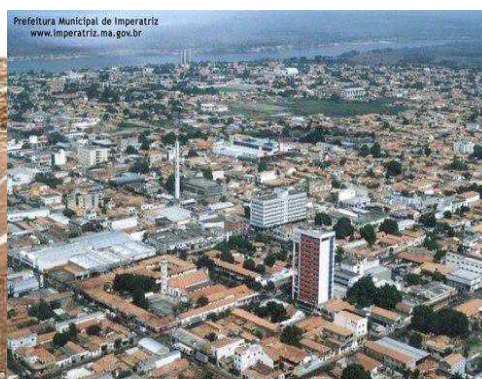


Figura 4 – Imperatriz na Década de 2000
Fonte: Prefeitura Municipal de Imperatriz

A partir da década de 1980, observa-se o surgimento de uma nova dinâmica econômica na região, destacando o surgimento do setor agropecuário, a indústria madeireira e a serra pelada com a produção do ouro foram fatores preponderantes para o crescimento do setor de serviços que até hoje é a principalmente atividade econômica da região, destacando o comércio varejista e atacadista.

A despeito de Imperatriz se localizar há mais de 300 quilômetros de Serra Pelada, beneficiou-se de forma intensa com as atividades do garimpo. Sua economia estava em recessão, ganhou fôlego, de modo especial em relação às atividades comerciais. O dinamismo econômico era visível. A luta pelo ouro no garimpo de Serra Pelada movimentava a economia de Imperatriz, por possuir um comércio em franco crescimento. Imperatriz atendia as necessidades dos garimpeiros que vinham das diversas regiões do Brasil em busca de aventura na corrida pelo ouro. Muitos fixaram residência em Imperatriz e investiram o que conseguiram retirar do garimpo, de modo especial, no comércio.

Mesmo com a decadência da extração de madeira nativa, Imperatriz não abandonou a indústria madeireira que movimentou a economia durante as décadas de 1970 e 1980. Ao invés de continuar atuando no ramo de desdobramento da madeira em serrarias, passou a fabricar móveis. De acordo com Sousa (2009), a cidade alcançou o reconhecimento de importante pólo moveleiro da região.

Outro fato importante no processo de urbanização do município de Imperatriz foi a divisão do espaço territorial ocorrida nos anos de 1981 e 1996, época em que, de uma só vez, foram desmembrados e emancipados sete povoados, criando-se sete novos municípios, o que transformou de forma radical a configuração do território do município de Imperatriz.

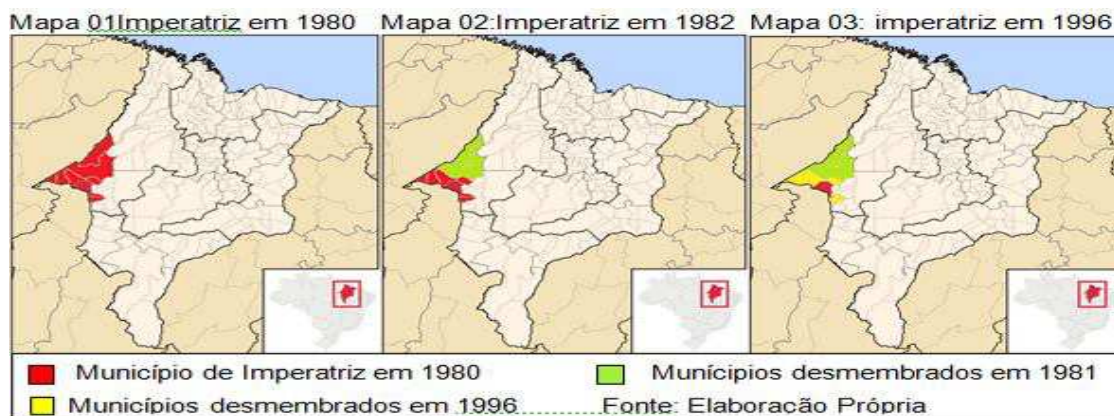


Figura 5 – Mapas da Cidade de Imperatriz, nos anos de 1980, 1982 e 1996.

Fonte: IBGE 2000

Em 1980 conforme demonstra o mapa 01 da figura 5, a área territorial de Imperatriz era de 13.352 km², o que correspondia a 4,01% do território do Estado,

com uma população de 220.079 habitantes (IBGE, 2007). Após o desmembramento ocorrido em 1981, criando-se o município de Açailândia, e Imperatriz passou a ter 6.948 Km² de seu território, como demonstra o mapa 02 da figura 5. Em 1996 houve novo desmembramento com a criação dos municípios de Cidelândia, Davinópolis, Governador Edson Lobão, São Pedro D'água Branca, Vila Nova dos Martírios e São Francisco do Brejão como demonstra o mapa 03 da figura 5. Atualmente o município possui uma área de 1.369 km², o que equivale atualmente a 0,412% do território do estado e uma população de 247.505 habitantes (IBGE, 2010).

A população rural de Imperatriz diminuiu no período de 1980 a 1991 devido ao desmembramento do povoado de Açailândia, transformado em município pela lei estadual nº 4.295/81 de 06 de junho que era antes considerada zona rural do município de Imperatriz. A população de Imperatriz teve no período de 1991 a 2000 um crescimento anual de 0,28%, passando de 225.005 em 1991 para 230.566 em 2000. Em comparação com a média nacional que foi 1,73% a.a. para o período de 2000 a 2010, com a média de Imperatriz que foi de 1,257% a.a. para o período de 2000 a 2010, Imperatriz teve um crescimento abaixo da média nacional.

Quadro 3 – População dos municípios nos anos de 2000 e 2010

População dos municípios nos anos de 2000 e 2010		
MUNICIPIOS	2000	2010
Açailândia	88.320	104.047
Cidelândia	11.816	13.681
São Francisco do Brejão	7.062	10.261
Governador Edison Lobão	10.891	15.896
São Pedro da Água Branca	10.927	12.028
Davinópolis	12.275	12.579
Vila Nova dos Martírios	6.705	11.258
Imperatriz	230.566	247.505

Fonte: IBGE - Contagem da População em 2000 e em 2010

Como mostra o quadro 3, se não tivesse ocorrido o desmembramento do território de Imperatriz a cidade teria em 2010 uma população estimada em torno de

427.228 habitante. O que também não é possível afirmar se as regiões que foram desmembradas teriam apresentado um crescimento populacional considerável como, por exemplo, o do município de vila nova dos martírios que quase dobrou sua população ao longo desses dez anos.

O desmembramento ocorrido no território de Imperatriz pode ser visto como um instrumento importante de planejamento de intervenção do estado, como mecanismo de promover o desenvolvimento da região.

Quadro 4 – População por situação de domicílio em 1980, 1991 e 2000 e 2010

POPULAÇÃO	1980	1991	2000	2010
Urbana	111.619	210.051	218.673	234.547
Rural	108.460	14.954	11.893	12.958
Total	220.079	225.005	230.566	247.505
Taxa de urbanização*	50,7%	93,35%	94,8%	94,77%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000
Contagem da População em 2010.

*Percentual da população urbana em relação à população total.

É inegável o progresso vivenciado por Imperatriz ao longo de sua história. No entanto, este progresso ainda não se traduziu em desenvolvimento, e menos ainda, em desenvolvimento sustentável. No que se refere ao fenômeno da urbanização, a partir do início da década de 1970, a cidade começou a crescer de forma desordenada, principalmente através de invasões de terrenos em sua área periférica.

A maior parte dos grandes bairros de Imperatriz, não foi criada a partir de uma política pública de expansão dos limites urbanos, mas através das invasões, e mais tarde, de loteamentos criados ao bel prazer das imobiliárias, cuja infraestrutura se resumia à abertura de vias. Criados os bairros e os loteamentos desestruturados, iniciavam-se as demandas por serviços públicos indispensáveis, incluindo água encanada, energia elétrica e transporte coletivo, dentre muitos outros.

Foram poucos os bairros criados de acordo com um planejamento prévio, tanto é que bairros como Os Três Poderes, habitado pelas pessoas detentoras de grandes posses, por muito tempo sofreram dos mesmos problemas que caracterizam os bairros s. Aos poucos, no entanto, a situação foi se modificando,

mas sempre se privilegiou os bairros habitados pelas classes média e alta. Afirma Valadares (2012),

O solo urbano foi sendo disputado pelo capital, ou seja, por quem pode pagar por um lugar melhor para morar, criando assim um espaço segregado. A exemplo, temos o Jardim Três Poderes, O Parque da Lagoa, equipados com serviços urbanos e, por outro lado, todos os bairros sub-equipados, em condições precárias de habitabilidade. Como a população de baixa renda não pode pagar o preço de morar onde há possibilidade de chegarem os serviços urbanos, vai sendo empurrada cada vez mais para áreas mais distantes.

Mesmo ocorrendo mudanças substanciais em alguns setores socioeconômicos da cidade e no crescimento populacional, não foram acompanhadas de um planejamento urbano, necessário à organização da estrutura necessária à ocupação da cidade de forma racional e pautada em princípios de sustentabilidade. Afirma Valadares (2012), que

A exemplo de outras grandes e médias cidades do país e do mundo, em Imperatriz-MA, são inúmeros os problemas de ordem urbano-ambiental: poluição hídrica, falho sistema de drenagem urbana, ineficiente sistema de transporte público, precário sistema de serviços públicos: Educação, Saúde, Segurança. Apesar de já dispor de todo um arcabouço jurídico-legal (Plano Diretor, aprovado desde 2004).

A existência do Plano Diretor, pelo menos até o momento, parece não ter contribuído de forma significativa para a implementação das políticas públicas necessária à vida dos cidadãos com alguma qualidade, quer seja no ambiente urbano, quer seja no rural. Um dos motivos para isso pode ser a falta de metas delineadas de forma clara. Na prática, o Plano Diretor existe, determina as competências e responsabilidades do município como a política habitacional, mas não determina prazos para a execução do Plano.

No entanto, e a despeito disso, neste início de século XXI, Imperatriz possui uma pecuária reconhecida e respeitada pela qualidade, e é reconhecida como pólo consolidado no setor terciário da economia: atua de maneira forte no comércio atacadista e na prestação de serviços, inclusive nas áreas da educação, com diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas e na área da saúde, se constitui como referência de alta complexidade para uma grande região que envolve o Sul do Maranhão, o Sul do Pará e o Estado do Tocantins.

Enquanto pólo de comércio atacadista e varejista, conforme Mendes e Burnett (2009, p. 3), Imperatriz.

[...] apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, no qual se abastecem mercados locais em um raio de 400 km, e forma com Araguaína-TO, Marabá-PA, Balsas-MA e Açailândia-MA, uma importante província econômica. O Município situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Paraupébas), a mineração do igarapé Salobro (Marabá/Paraupébas), a Ferrovia Carajás/Itaqui, a Ferrovia Norte-Sul, as indústrias guzeiras (Açailândia), a indústria de celulose da Celmar (Cidelândia) que condicionam seu desenvolvimento.

A cidade começou a receber grandes investimentos no setor secundário da economia com a implantação de indústrias de pequeno, médio e grande portes. Isso pode contribuir de forma definitiva para a transformação de sua configuração urbana. A cidade vive novo surto de migração composto por pessoas que estão chegando em busca de oportunidade de trabalho e de estudo, uma vez que estão instaladas na cidade, diversas instituições de ensino superior públicas e privadas, de modo especial na área das licenciaturas.

A cidade se transformou em importante pólo de distribuição de mercadorias e de prestação de serviços, vocação que permanece até este início de século XXI. A despeito dessa vocação pelo setor terciário da economia, grandes investimentos estão sendo feitos na cidade em outros setores, como é o caso do setor secundário, com a implantação de indústrias de médio e grande portes Amaral (apud FRANKLIN, 2005, p. 69-70).

No ano de 2012, Imperatriz continua crescendo, de sorte que com a chegada de grandes empreendimentos na área industrial e comercial, a cidade se transformou em um verdadeiro canteiro de obras, e os imóveis se encontram supervalorizados, a despeito da falta de infraestrutura. A cidade, que ao longo do tempo cresceu de forma horizontal, começa a apostar na verticalização, como se percebe na Figura 6.



Figura 6 – Edifício localizado na Rua Frei Manoel Procópio – Beira Rio
Fonte: Elson Araújo (2012)

No entanto, a cidade, a despeito de possuir um Plano Diretor que determina as formas de uso de seu solo, como determina a legislação nacional específica, continua, salvo exceções, a crescer sem o mínimo de planejamento. Em muitos bairros s, ainda falta água encanada, por praticamente toda a cidade, o esgoto escorre a céu aberto, a coleta de lixo não atinge a todos os logradouros e a cidade não dispõe de um aterro sanitário e o lixo é depositado em lixões.

Não bastasse tudo isso, a cidade é cortada por vários rios, os quais estão todos poluídos e se configuram como potenciais focos de doenças. As ruas são pouco arborizadas, há poucas praças públicas e poucas áreas de lazer e o rio Tocantins, a grande fonte de abastecimento de água da cidade e local de turismo e lazer, está recebendo toda a carga de esgoto produzido pela cidade praticamente sem tratamento.

2.7 O Plano Diretor de Imperatriz

O Plano Diretor do município de Imperatriz se constitui como a Lei Complementar nº. 02 de 14 de julho de 2004. Esta Lei é composta de 113 Artigos

distribuídos por 12 Títulos. O Título VIII, que contém 4 Artigos, trata de forma específica, da Política Municipal de Habitação, o que indica que neste Título estão contidas todas as diretrizes que disciplinam a ocupação do solo urbano, quando se trata de questões relacionadas à habitação.

O Plano Diretor, conforme Araújo (2000) constitui-se como um fator integrante do planejamento, e, ao mesmo tempo, como um instrumento de negociação e de aglutinação política dos atores, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos assumidos pelos agentes que conduzem o planejamento e conferem transparências as opções e decisões.

O Plano Diretor é o mais importante instrumento de planejamento da utilização do solo urbano do município, o qual, antes de se constituir como um conjunto de propriedades particulares se apresenta como um bem público, que deve ser utilizado em benefício de todos os cidadãos. Diante disso, importa que a municipalidade, através de seus gestores, cumpra e faça cumprir o Plano em benefício da população.

Para a elaboração do Plano Diretor de Imperatriz, foram ouvidos os mais diversos segmentos da sociedade, o que se configura como uma atitude democrática por parte da gestão municipal, como demonstra Valadares (2012):

No ano 1990, a Plenária Urbana (Plano Pluri Anual Urbano) põe em discussão a problemática urbana do município de Imperatriz-Ma. A intenção era politizar a discussões sobre a cidade e garantir a participação popular nas decisões administrativas.

O Plano Diretor foi concebido pelos segmentos sociais da cidade e aprovado pela Câmara Municipal, o que o transformou na Lei nº. 02/2004. No entanto, Nove anos depois da promulgação da Lei nº. 02/2004, o Plano não foi implementado em sua plenitude.

O que se observa em relação à regularização e ao uso do solo urbano, por exemplo, salvo raras exceções, é a proliferação de loteamentos desprovidos das

mínimas condições infraestruturais com a convivência da gestão municipal, uma vez que tais loteamentos deixam de cumprir as condições de habitabilidade previstas no § 5º do Artigo 79 da referida Lei.

Entende-se por regularização física o conjunto de ações técnicas que garanta as condições de habitabilidade das edificações dotando-as de condições de higiene e salubridade e de serviços de infraestrutura urbana essenciais, entre eles: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem pluvial, iluminação pública, ligações domiciliares de eletricidade, pavimentação e transporte coletivo (IMPERATRIZ, 2012).

Os gestores municipais, portanto, têm a responsabilidade de formular as políticas urbanas e cumprir suas funções, guiados pelo Plano Diretor, de modo a garantir a todos que vivem na cidade o acesso aos serviços públicos de qualidade que atendam as necessidades básicas e que devem ser satisfeitas através de políticas públicas, independente do local em que cada cidadão habite e/ou de qualquer outra condição.

Não se pode admitir que os gestores públicos, ao arrepio das leis que definem as políticas públicas, inclusive a política municipal de habitação continuem a privilegiar certos segmentos sociais em detrimento de outros. Cabe lembrar, que via de regra, as pessoas que mais têm acesso a bens e serviços públicos, são aquelas que habitam as regiões centrais e os considerados bairros nobres da cidade.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A metodologia de uma pesquisa pode ser definida com o trajeto percorrido durante as atividades do estudo, desde a elaboração do pré-projeto até a apresentação do relatório perante a Banca Examinadora. Constitui-se também de um conjunto de procedimentos julgados adequados à abordagem da pesquisa.

Neste caso, o objeto é: *O planejamento urbano*. Assim o estudo tem como ponto de partida, um quadro de referência teórico-metodológico, uma vez que, como demonstra Vergara (2008, p. 9),

Teoria e método são interdependentes. Ambos buscam realizar o objetivo da pesquisa, seja ele de descrever, explicar, descobrir, compreender, prever determinado fenômeno. A teoria pode gerar e dar forma ao método e o contrário também é verdadeiro. Ambos se nutrem.

O referencial teórico se configura com um item da maior importância, uma vez que ele se constitui como o modelo de análise, a partir do qual se colheu e analisou os dados empíricos. Se o referencial metodológico é indispensável à pesquisa, também o é a metodologia e o método para a realização de uma pesquisa. A inadequação, em qualquer dos casos, pode comprometer os resultados.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa documental, portanto, o estudo se insere no âmbito da pesquisa qualitativa, cujos dados empíricos foram coletados a partir de fontes secundárias, a saber, o Título VIII do Plano Diretor do município de Imperatriz, composto pelos Artigos 79, 80, 81 e 82, cujo Título contém a Política Pública Habitacional de Imperatriz.

3.1 Método

O estudo se configura como uma pesquisa documental. A pesquisa documental foi, realizada em documentos conservados por órgãos públicos, como por exemplo, os Censos do IBGE, relatórios da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Imperatriz e o Plano Diretor do município de Imperatriz, a Lei nº. 02/2004.

Por sua vez, o método utilizado para sua interpretação, é a análise de conteúdo, definido por Bardin (1977, p. 9) como

[...] um conjunto de instrumentos metodológicos, cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforços de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

A análise de conteúdo parte de deduções e inferências capazes de propiciar ao analista documental, os meios necessários à compreensão de aspectos componentes do documento analisado, que não se encontram expostos de forma explícita, e por isso, seu tratamento exige um esforço considerável para sua compreensão e análise. Conforme Martins (2006, p. 33) afirma que

A Análise de Conteúdo pode ser aplicada virtualmente a qualquer forma de comunicação: programas de televisão, rádio, artigos da imprensa, livros, poemas, conversas, discursos, cartas, regulamentos etc. Por exemplo, pode servir para analisar traços de personalidade, avaliando escritos; ou as intenções de uma campanha publicitária pela análise dos conteúdos das mensagens veiculadas.

A análise de conteúdo, como se percebe, mais que um método, se apresenta como um conjunto de técnicas que concorrem para a análise e interpretação de sentido de documentos os mais diversos. Dependendo dos objetivos do estudo, a análise de conteúdo se presta tanto à análise de aspectos qualitativos, quanto quantitativos. Neste estudo, como já se afirmou, foram privilegiados os aspectos qualitativos.

A escolha de um método é sempre arbitrária e suprime a possibilidade de utilização de outros métodos, também adequados ao tratamento dos dados. Escolhe-se um método por sua adequação ao objeto do estudo, mas por adequado que ele seja sempre apresentará limitações. Afirma Vergara (2008, p. 61) que “todo método tem possibilidades e limitações, então é conveniente antecipar possíveis críticas dos leitores, informando às limitações que a pesquisa pode apresentar sem, contudo, inviabilizar sua realização”.

As maiores limitações do método, neste estudo, residem nos seguintes aspectos:

Por se tratar de estudo sobre a importância de uma determinada estratégia de promoção do desenvolvimento, não estarão sendo levado em consideração o estudo de outras variáveis, nem tão pouco, estudos sobre outras formas de estratégias.

Os dados foram coletados em fontes secundárias, relatórios anuais do desenvolvimento urbano de Imperatriz, bem como do Plano Diretor do município de Imperatriz.

3.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa, realizada a partir de uma abordagem qualitativa, se configura como documental, cuja área de abrangência é a cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

3.3 Instrumentos

Como instrumentos para a realização da pesquisa foram utilizados relatórios anuais, censos do IBGE, bem como documentos oficiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Imperatriz.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção foi realizado o tratamento dos dados. Esta, conforme Vergara (2007, p. 59) é “aquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados a coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto”. Assim, os dados brutos são agrupados de modo sistematizado, de forma que seja possível sua leitura e interpretação.

4.1 Análise da política habitacional do município de Imperatriz

O direito à moradia está consignado no *Caput* do Artigo 6º da Constituição de 1988. Este direito do cidadão, em nível do município, deve ser efetivado a partir de uma política pública de habitação regulamentada pelo Plano Diretor de cada município que tenha uma população superior a 20 mil habitantes. Imperatriz possui uma política habitacional regulamentada pelo Plano Diretor da cidade, a Lei nº. 02/2004. Embora o Plano Diretor seja constituído de 113 Artigos, a política habitacional é regulamentada por apenas 4 Artigos componentes do Título VIII da Lei. São os Artigos 79, 80, 81 e 82.

O Artigo 79 apresenta em seus incisos, os objetivos da política habitacional e dedica 5 parágrafos para a definição dos termos mais importantes que compõem a referida política habitacional, além de outras disposições; o Artigo 80 apresenta as diretrizes, a partir das quais, deve ser conduzida a política habitacional; o Artigo 81 estabelece as ações estratégicas necessárias, do ponto de vista do legislador, à efetivação da política habitacional, e o Artigo 82 estabelece as formas como devem ser aplicados os recursos públicos, de modo a ser viabilizada a política habitacional de Imperatriz.

Os itens estabelecidos pelo Artigo 79 do Plano Diretor, a Lei nº. 02/2004 são, os quais, de forma um tanto arbitrária talvez pudessem ser agrupados por categorias, da seguinte forma: i) os objetivos de 1 a 5 tratam da garantia do direito à moradia digna; ii) os objetivos 6 a 9 tratam da coibição de novas ocupações subnormais ou irregulares, bem como da forma como deve ser conduzido o uso habitacional, o que inclui a regularização fundiária; e iii) os objetivos 10 a 13 cuidam

de assegurar a articulação da política habitacional de interesse social, o que inclui a articulação com outras esferas de governo e com órgãos responsáveis pelas políticas ambientais locais, com vistas a assegurar o uso do espaço urbano a partir de critérios de sustentabilidade. Os objetivos que tratam do direito à moradia digna, conforme Imperatriz (2004, p. 22), são:

- I - a garantia do direito social à moradia digna;
- II - a implantação de serviços e equipamentos públicos essenciais;
- III - a regularização fundiária e a instalação da infraestrutura necessária à qualidade de vida da população.
- IV - a redução do déficit habitacional em Imperatriz, envolvendo os aspectos quantitativo e qualitativo, através da utilização racional do espaço urbano;
- V - a promoção da melhoria das habitações existentes das famílias de baixa renda e a viabilização da produção de Habitação de Interesse Social - HIS;
- VI - a criação de condições para a participação da iniciativa privada na produção de HIS e habitação de renda média baixa;

O primeiro e mais importante item da política habitacional do município, conforme Imperatriz (2004, p. 22) visa “a garantia do direito social à moradia digna” (I-1). Para que este objetivo seja alcançado, é necessário que todos os demais também o sejam, uma vez que não pode haver ser garantido o direito social à moradia digna, se não se puder contar com a implantação de serviços e equipamentos públicos essenciais.

Além disso, é preciso efetivar a regularização fundiária do município e proceder à instalação de infraestrutura adequada à qualidade de vida das pessoas, bem como primar pela redução do déficit habitacional a cidade, o que inclui aspectos de quantidade, a construção de unidades habitacionais, e aspectos de qualidade, unidades dotadas das condições necessárias a uma habitabilidade com o mínimo de conforto e segurança, o que pressupõe a utilização racional do espaço urbano.

De acordo com a política habitacional do município, os gestores públicos devem promover a melhoria das unidades habitacionais pertencentes à famílias de baixa renda, inclusive através da construção de habitações de interesse social destinada a famílias, cuja renda não seja superior a três salários mínimos. A construção desse tipo de habitação pode ser efetivada pelo poder público, mas também pela iniciativa privada através da alocação de recursos públicos (IMPERATRIZ, 2004).

Compete aos gestores municipais, coibir a ocupação de áreas que apresentem riscos à saúde e/ou à vida das pessoas, bem como áreas de preservação ambiental permanente. Isso conduz a supor, que os gestores públicos municipais, devem lançar mão de todos os recursos financeiros e normativos com a finalidade de coibir a construção de unidades habitacionais em loteamentos irregulares, o que inclui as invasões de terrenos e a venda de lotes em locais inadequados e sem a infraestrutura mínima à garantia da qualidade de vida das pessoas (IMPERATRIZ, 2004).

Como se proíbe construir unidades habitacionais em áreas que representam risco aos moradores ou que sejam de preservação ambiental permanente, é necessário se promover, nos termos do Inciso VIII do Artigo 79 da Lei nº. 02/2004, a regularização fundiária do espaço já ocupado, estimular a construção em áreas já consolidadas e dotadas da necessária infraestrutura, como determina Imperatriz (2004, p. 22):

VII - a coibição de novas ocupações por assentamentos subnormais em áreas de risco, de preservação ambiental, de mananciais e assoreadas, através da aplicação de normas e instrumentos urbanísticos e de fiscalização;

VIII - a promoção do uso habitacional e da regularização fundiária/dominial em áreas consolidadas e dotadas de infraestrutura, utilizando, quando necessário, os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

IX - a promoção da regularização física dos assentamentos subnormais em áreas consolidadas da Cidade, através da execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e de ações de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva participação da comunidade em todas as etapas de sua implementação;

Além disso, os gestores públicos devem promover a regularização de assentamentos subnormais, inclusive investindo em infraestrutura e em recuperação de áreas de preservação ambiental degradadas. Para tanto, deve promover articulação com a sociedade civil para que os cidadãos possam participar de forma efetiva, de todas as etapas.

A gestão pública se configura como um todo orgânico, de forma que não é possível a implementação de uma política pública, sem uma articulação com as demais. Assim a promoção de uma política de habitação de interesse social, deve

estar em consonâncias com todas as demais políticas setoriais, sob pena do objetivo não ser alcançado.

Embora o município se constitua como um ente federativo autônomo, para a implementação da política habitacional, bem como das demais políticas setoriais, podem articular as necessárias parcerias com outras esferas governamentais: a estadual e a federal, inclusive porque nem sempre os recursos orçamentários do município são suficientes para o desenvolvimento de todas as ações e para a realização de todas as obras. No entanto, de acordo com Imperatriz (2004, p. 22), a política habitacional de Imperatriz deve considerar:

X - a articulação da política de habitação de interesse social com as outras políticas públicas, promovendo assim a inclusão social das famílias beneficiadas;

XI - a contribuição para o fortalecimento e organização dos movimentos populares que lutam pelo direito a moradia digna, pela valorização da função social da propriedade e pelo acesso à Cidade;

XII - a articulação, por meio de ações integradas às instâncias municipal, estadual e federal de governo, no setor de habitação, para a otimização dos recursos, integração das ações e garantia das condições dignas de habitabilidade;

XIII - a articulação da ação na área da moradia com as intervenções ambientais, de modo a corrigir problemas ambientais, principalmente aqueles referentes às populações que ocupam área de risco, áreas assoreadas, de preservação ambiental e de mananciais.

Por outro lado, os movimentos sociais que pugnam pelo direito à moradia, devem ser reconhecidos como legítimos e fortalecidos para que possam contribuir de fato com a concepção e implantação da política habitacional, a qual visa, em última instância, a valorização da função social da propriedade, a qual deve ocorrer a partir de conquistas sociais e não através de atitudes paternalistas.

Uma política habitacional, como já ficou demonstrado, para além da regularização fundiária e mesmo da construção de unidades habitacionais de interesse social, procurará preocupar-se sempre com as intervenções ambientais, de modo a se poder evitar ou corrigir problemas ambientais já instalados.

Isso asseguraria a possibilidade de todos os cidadãos, nos prazos previstos pela legislação municipal que trata da regulamentação da política

habitacional do município, contarem com a regularização do espaço urbano do município, com os necessários serviços de infraestrutura, bem como com um ambiente natural e social integrado e equilibrado, o que resultaria em qualidade de vida para todos os habitantes.

No entanto, no que se refere à cidade de Imperatriz, a despeito da existência dos instrumentos jurídico-normativos existentes, a política habitacional ainda se apresenta como um ideal a ser perseguido. O Plano Diretor do município, mesmo após uma década de sua aprovação, ainda não foi totalmente regulamentado.

Nos últimos anos verificaram-se ações isoladas do poder público municipal visando sanar riscos à população em logradouros como o bairro da Caema, na Beira-Rio e o combate à extração e ao armazenamento irregular de areia do rio Tocantins, bem como a construção de alguns conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

No entanto, embora muitas unidades habitacionais integrantes desse programa estejam prontas, ainda não foram entregues aos beneficiários. De igual forma, outras obras a serem construídas com recursos do PAC que visam a regularização fundiária urbana, bem como obras de infraestrutura e de recuperação de ambientes degradados, ainda não se tornaram realidade, mesmo passados cerca de cinco anos desde a celebração dos acordos e convênios, o que põe em cheque a política habitacional e de uso do espaço urbano de Imperatriz.

Embora 400 unidades habitacionais construídas com recursos do PAC estejam prontas, jamais foram entregues aos beneficiários e se encontram em situação de abandono, como demonstra o Rodrigues (2012):

Não é a primeira vez que moradores tentam invadir as casas construídas pela prefeitura, com recursos do programa de aceleração do crescimento, do governo federal. Para intimidar qualquer ação pública, a única iniciativa da prefeitura, até agora, foi começar a fazer a limpeza da área. Pelo tamanho da área verde e pela altura do mato, é possível ter uma noção de que há muito tempo, o local não recebe qualquer serviço de manutenção.

Não há explicações para que unidades habitacionais construídas com recursos públicos e que devem ter sido construídas a partir dos critérios do que se compreende como moradia digna, não tenham sido entregues à população e se encontrem em situação de abandono e degradação, como demonstra o Rodrigues (2012):

Antes mesmo das famílias que vivem em áreas de risco mudar para o local, o sonho de uma moradia segura e confortável foi interrompido. Ruas completamente alagadas, as rachaduras nas paredes, o telhado arrancado, portas arrombadas, objetos saqueados revelam o abandono do poder público. Se não forem feitos reparos com urgência, a estrutura das casas pode não resistir por muito tempo.

No entanto, e a despeito disso, a política habitacional de Imperatriz deve ser efetivada a partir de 20 diretrizes constantes no Artigo 80 do Plano Diretor, a Lei nº. 02/2004, conforme Imperatriz (2004, p. 23):

- I - a priorização dos programas habitacionais coordenados ou financiados pelo Município, voltados para o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas insalubres e de risco;
- II - a integração com outras políticas públicas, como as do meio ambiente, ordenamento territorial e infraestrutura, como forma de garantir a racionalização dos investimentos Públicos e a inserção das ações setoriais numa mesma estratégia;
- III - a intervenção nos assentamentos irregulares, de modo a garantir sua interação com a cidade, integrado-os e ao mesmo tempo preservando os elementos definidores de sua identidade comunitária;

Este primeiro conjunto de diretrizes define como prioridade os programas habitacionais criados e mantidos pelo município, bem como aqueles por ele coordenados, o que inclui programas federais e estaduais, no âmbito do município e que estejam por conta de convênios, sob responsabilidade da gestão municipal, cabendo pois à municipalidade, a responsabilidade pelas providências para sua regularização nos termos da política habitacional.

A finalidade seria adotar medidas para atender à população de baixa renda, de modo especial, que habita em áreas insalubres e/ou irregulares, no que se refere à moradia digna. Para efetivar esta diretriz, a política habitacional do município deve estar articulada com outras políticas públicas visando a racionalização dos processos de gestão e economia de recursos públicos. Além disso, há uma diretriz da maior importância: a intervenção do poder público em

assentamentos irregulares, não com o fim de extingui-los, mas de integrá-los à estrutura da cidade, mas sempre considerando características identitárias de culturas locais.

As diretrizes seguintes tratam do “estímulo à participação da população na definição de políticas e prioridades da produção habitacional” (IMPERATRIZ, 2004, p. 23). Para isso, o município deve investir na instituição e fortalecimento de órgãos que garantam a gestão participativa, como por Exemplo, o Conselho Municipal de Habitação, dentre outros e ao mesmo tempo propiciar assessoria técnica, jurídica, social e urbanística aos movimentos sociais interessados em políticas de habitação de interesse social.

A política habitacional de Imperatriz cuida também, no âmbito de suas diretrizes, de acordo com Imperatriz (2004, p. 23), da

VII - [...] produção de unidades habitacionais para a população de baixa renda, com qualidade e conforto, assegurando níveis adequados de acesso a serviços de infraestrutura básica, equipamentos sociais, de educação, saúde, cultura, assistência social, segurança, abastecimento, esportes, lazer e recreação.

Neste ponto, parece haver um descompasso entre o que determina a política habitacional do município e a realidade de fato. De um lado, o Plano Diretor da cidade tem como uma de suas diretrizes, a produção de habitações de qualidade para pessoas de baixa renda, de forma a garantir o direito à moradia em condições de habitabilidade digna. De outro, quase não há iniciativa para que esta diretriz se efetive na prática, e mesmo unidades habitacionais já construídas, até agora não foram entregues aos beneficiários que se encontram em situação de risco.

VIII - a realização de estudos e pesquisas na busca de soluções habitacionais apropriadas à realidade de Imperatriz, que sejam compatíveis as características socioespaciais locais de cada comunidade, priorizando as ações que minimizem os transtornos sociais, econômicos e culturais para as populações beneficiadas.

Como se percebe no texto do Inciso VIII, e é esta uma das funções do Plano Diretor, incumbe à gestão municipal a realização de estudos que visem a

busca de soluções habitacionais que estejam em concordância com as características locais de cada uma das comunidades que formam a cidade, inclusive dando prioridade a ações que provoquem o mínimo de transtorno social, econômico e cultural.

O Plano Diretor prevê no Inciso IX de seu Artigo 80, conforme Imperatriz (2004), a implementação de processos produtivos autogestionários para populações de baixa, de forma que essas populações possam assumir, em conjunto com o poder público municipal, a gestão de empreendimentos habitacionais através de instituições criadas e mantidas pela sociedade civil, como por exemplo, cooperativas habitacionais.

Como não poderia deixar de ser, a gestão municipal tem a obrigação de otimizar processos de infraestrutura que possibilitem a redução dos custos de programas habitacionais, sem comprometer a qualidade de tais programas. Além disso, deve preocupar-se em integrar à política habitacional, outras políticas públicas importantes, como a saúde, a educação, a cultura e os esportes, e ainda, políticas que visem a geração de emprego e renda, de forma que as populações atendidas pelos programas habitacionais disponham das condições necessárias à habitabilidade com qualidade.

Outras diretrizes importantes são as estabelecidas nos Incisos XII, XIII e XIV, as quais, de acordo com Imperatriz (2004), as quais estabelecem:

A gestão municipal deve proceder à urbanização e regularização fundiária dos assentamentos já consolidados, bem como de unidades habitacionais já construídas, de forma a se garantir moradias dignas a pessoas de baixa renda, o que é necessário, uma vez que mesmo bairros muito antigos de Imperatriz, jamais foram criados por lei municipal, e, como muitos bairros foram frutos de invasões, e como tais bairros não foram regularizados, o município não tem, por exemplo, como emitir títulos definitivos das unidades habitacionais existentes.

A gestão municipal deve preocupar-se em intervir em áreas degradadas e/ou de risco com a finalidade de garantir, além do direito à habitação, a integridade

física da população, e isso inclui a recuperação ambiental de diversas áreas, muitas das quais, por exemplo, foram aterradas com lixo, o que pode resultar em contaminação de diversas ordens, com risco à saúde da população. A gestão municipal está comprometida com o respeito ao meio ambiente.

O Plano Diretor determina na diretriz nº. XIV, conforme Imperatriz (2004), que este respeito ao ambiente se traduz, na prática, através do desenvolvimento de soluções tecnológicas agregadas a projetos de construção e de manutenção de empreendimentos habitacionais que considerem a sustentabilidade ambiental.

Esta sustentabilidade se daria através da conservação de recursos naturais existentes nos locais dos empreendimentos, assim como da recuperação de áreas verdes e o reaproveitamento dos resíduos gerados pelos ditos empreendimentos. As demais diretrizes, de forma reduzida, de acordo com Imperatriz (2004, p. 24), visam:

XV - a construção de parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de alternativas de menor custo e maior qualidade das edificações residenciais;

XVI - a identificação e o monitoramento das áreas que apresentam risco potencial à vida e ao patrimônio dos moradores, o tratamento destas por intermédio de programas que envolvam obras de engenharia, atendimento emergencial, ações preventivas e educativas com relação ao meio ambiente e mobilização das comunidades envolvidas;

XVII - o acesso e a manutenção das famílias de baixa renda nos programas e financiamentos públicos de habitação de interesse social;

XVIII - a articulação dos setores públicos estadual, federal e municipal de governo, na promoção de programas habitacionais buscando otimizar e potencializar suas ações;

XIX - a promoção da captação e o gerenciamento de recursos provenientes de fontes externas ao Município, privadas ou governamentais para os fins citados nesse capítulo; e,

XX - a garantia de informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais.

Depreende-se que as diretrizes acima são adequadas ao fim a que se destinam. No entanto, a política habitacional do município de Imperatriz não conta com metas estabelecidas. Neste caso, embora os gestores municipais estejam sob a obrigação de cumprir os dispositivos da Lei 02/2004, não há prazo determinado para o cumprimento de qualquer de seus objetivos e diretrizes. Significa que está

estabelecido o que se deve fazer, e até como isso deve ser feito, mas não há determinação de quando deve ser feito.

A Lei nº. 02/2004 em seu Artigo 81 estabelece 13 ações consideradas estratégicas para a viabilização da política habitacional do município. A primeira destas ações, contida no Inciso I, impõe à gestão municipal, a obrigatoriedade, conforme Imperatriz (2004, p. 25), de

I - elaborar o Plano Estratégico Municipal para Habitações Subnormais (PEMAS), identificando seus diferentes aspectos, de forma a quantificar e qualificar os problemas relativos às moradias em situação de risco, loteamentos irregulares, favelas, sem-teto, co-habitações e casas de cômodos, áreas que apresentam ocorrências de epidemias, áreas com alto índice de criminalidade, áreas com solo contaminado, áreas de preservação ambiental ocupadas por moradia, de modo a garantir informações atualizadas sobre a situação habitacional no município de Imperatriz, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais.

Esta é uma ação da maior importância, no entanto, ainda não foi adotada, de forma que o Plano Estratégico Municipal para Habitações Subnormais (PEMAS), não foi elaborado. Claro que os problemas relativos às moradias estão identificados, mas quase nada se fez para resolver o problema. Imperatriz, além de continuar com um déficit habitacional importante, muitas unidades habitacionais continuam em áreas de riscos como margens de riachos poluídos, áreas sujeitas a alagamentos e em ruas que não permitem o tráfego, mesmo de pedestres, por conta do acúmulo de água proveniente do esgoto doméstico e de fossas.

A segunda ação estratégica, de acordo com Imperatriz (2004), contida no Inciso II do Artigo 81 do Plano Diretor do município de Imperatriz determina que o município deve desenvolver sua atuação em relação à política habitacional, em conjunto com o Estado, a União e a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de se criar e consolidar um banco de dados contendo informações sobre a demanda e a oferta de moradias, bem como sobre programas de financiamento e custo de produção e projetos.

Para viabilizar isso, a gestão municipal deve criar o Sistema Municipal de Habitação composto por três esferas articuladas entre si: i) o órgão gestor e operador do sistema; ii) o Conselho Municipal de Habitação e iii) o Fundo Municipal de

Habitação Popular. No entanto, e a despeito da determinação legal, nenhuma dessas providências foi adotada, mesmo passados cerca de oito anos da data da promulgação da Lei, o que pode indicar falta de meios para o cumprimento do Plano Diretor e/ou de vontade política para implementar a política habitacional do município.

A terceira ação estratégica, na forma do Inciso IV, em concordância com Imperatriz (2004, p. 25), estabelece que o município deve “[...] aplicar nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), os instrumentos relativos à regularização fundiária e, quando couber, a concessão especial para fim de moradia, previstos no Estatuto da Cidade”.

Ao que se sabe, isso ainda não ocorreu. Para se ter uma idéia, bairros estabelecidos a cerca de 30 anos, como é caso de Vila Cafeteira, a situação fundiária ainda é irregular, de forma que seus habitantes não podem, sequer, requerer os títulos definitivos de propriedade, visto que o bairro surgiu de uma invasão e o imóvel não foi adquirido por qualquer meio, por seus ocupantes ou pelo poder público.

A quarta ação, Imperatriz (2004) visa promover o acesso, sem embargos, à legislação pertinente a empreendimentos e a projetos habitacionais. Reconhece-se que o acesso a essa legislação é fácil, inclusive porque ela está disponível na rede mundial de computadores.

Já a quinta ação, Imperatriz (2004) visa assegurar agilidade na aprovação de empreendimentos de interesse social, inclusive estabelecendo acordos de cooperação entre os órgãos envolvidos. Isso, compreende-se, agilizaria a aprovação de tais empreendimentos. No entanto, quase não há registro na cidade sobre empreendimentos desse tipo. Os empreendimentos existentes são loteamentos criados por empresas imobiliárias, quase sempre pouco acessíveis à população de baixa renda.

A sexta ação, conforme Imperatriz (2004) tem a pretensão de investir em um sistema de fiscalização capaz de proteger, de forma efetiva, as áreas de

preservação ambiental permanentes, com a finalidade de se evitar a ocupação irregular dessas áreas. Isso parece que não ocorre, uma vez que muitos dos loteamentos existentes na cidade ocorrem em áreas que poderiam, suas qualidades, ser consideradas como de preservação ambiental. A despeito disso, são aprovados esses empreendimentos, sem considerar os prejuízos ambientais, mas considerando apenas o crescimento da cidade, neste caso, a qualquer custo. A oitava ação, em concordância com Imperatriz (2004, p. 25), visa

[...] priorizar o atendimento habitacional às famílias de baixa renda, que venham a ser removidas em função das obras previstas no respectivo Programa de Intervenção, devendo preferencialmente, ser assentadas no perímetro dessas operações, nas proximidades ou, na impossibilidade destas opções, em outro local a ser estabelecido com a participação das famílias.

Esta ação ainda não ocorreu na prática, em Imperatriz. Um exemplo já citado antes, o caso de um conjunto habitacional de cerca de 400 unidades para a remoção de pessoas que residem em áreas de risco reconhecido inclusive pelo poder público, ainda não foi entregue a essas pessoas e elas continuam morando em habitações precárias às margens do rio Bacuri inteiramente poluído.

A nova ação de acordo com Imperatriz (2004) assegura o apoio necessário à formação de técnicos na área de habitação, e, para isso, o município deve estabelecer acordos com instituições de ensino, inclusive superior e/ou com outros tipos de organização da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Esta ação não foi implementada. Há cursos de edificações na cidade, mas não em função de um esforço do município.

A décima ação, Imperatriz (2004), estabelece que a política habitacional do município deve implementar subsídio direto, pessoal, intransferível e temporário na aquisição ou locação de unidades habitacionais de interesse social, e, ao mesmo tempo fomentar a criação de meios para todos os segmentos sociais de Imperatriz possam ser inserido no mercado imobiliário.

Pode-se afirmar que também esta ação jamais foi efetivada, exceto se for considerada a remoção de pessoas que habitam áreas sujeitas a alagamento, como

a Beira-Rio, cujas pessoas são removidas, nos períodos de cheias do rio, para instalações provisórias como as instalações de um parque onde ocorre anualmente, a exposição agropecuária de Imperatriz.

A décima primeira ação, Imperatriz (2004), estabelece que o município deve reservar algumas unidades habitacionais nos empreendimentos imobiliários de responsabilidade do poder público, para benefício de pessoas idosas, portadores de necessidades especiais e a moradores de rua. Isso jamais ocorreu, inclusive porque quase não existiu, até agora, algum empreendimento imobiliário de responsabilidade do município.

A décima segunda ação, Imperatriz (2004) estabelece a obrigatoriedade de compatibilizar o Plano Estratégico Municipal para Habitações Subnormais (PEMAS) com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor. Isso ainda não ocorreu, inclusive porque jamais foi elaborado esse Plano Estratégico para Habitações Subnormais.

A décima terceira ação, de acordo com Imperatriz (2004, p. 25), determina que o município deve

[...] realizar periodicamente as Conferências Municipais de Habitação para definição da política municipal de habitação, e para implantar o Conselho Municipal de Habitação, democrático e representativo, como instância deliberativa, consultiva, propositiva e de assessoramento da política habitacional.

Ocorre que, ao contrário das Conferências Municipais de Saúde, as Conferências Municipais de Habitação não ocorrem com regularidade, e nem há um Conselho Municipal de Habitação constituído de qualquer forma, muito menos de democrática e representativa com natureza deliberativa, consultiva, propositiva e de assessoramento. Tudo isso indica que a política habitacional de Imperatriz, ainda precisa ser implementada.

O último Artigo do Título VIII do Plano Diretor do município de Imperatriz, e que trata da política habitacional, o Artigo 82, conforme Imperatriz (2004), determina que o município aplicará os recursos provenientes da valorização

imobiliária que seja resultante de ação do poder público, com precedência sobre qualquer outra prioridade, em habitações para pessoas de baixa renda.

As habitações construídas com este tipo de recursos, de acordo ainda com Imperatriz (2004), devem estar em condições de conferir a seus beneficiários, qualidade habitacional e conforto, assegurados através do acesso a serviços adequados de infraestrutura básica, e de todos os demais serviços e bens públicos propiciados pelas demais políticas públicas municipais, o que inclui saúde, educação, cultura, esporte e lazer, bem como assistência social.

4.2 Domicílios permanentes na área urbana com ordenamento regular

Segundo o estatuto das cidades, Planalto (2001) os valores para a diferença habitacional podem ser mesurados tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Quantitativos pelo fato da oferta de moradias ser baixo em relação a quantidade de demanda que a cada dia é crescente e qualitativa pelo fato da inadequação da ocupação das existentes como a falta de infraestrutura, serviços públicos e irregularidade fundiária.

De acordo com o Ministério das Cidades (2002) mensurar os dados habitacionais constitui um enorme desafio, portanto recomenda buscar alternativas para a aproximação da realidade tais como publicações e pesquisas oficiais no município. No entanto não houve pesquisas de cunho científico e oficial que mostrem a necessidade para o município de Imperatriz no ano de 2010, foi encontrado dados na fundação João Pinheiro (FJP) apenas para o ano de 2000, o que impossibilita uma análise comparativa do problema.

As dificuldades encontradas para a demonstração dos dados comparativos ocorreram também devido a mudança do sistema de abordagem feito pelo IBGE ocorrido entre o censo de 2000 e 2010. Uma dessas diferenças diz respeito as “características do entorno” denominação utilizada pelo próprio instituto, que consta apenas para o ano de 2010.

Segundo coloca Araujo Junior (2006) o planejamento urbano deve então obedecer aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, inclusive garantindo-lhe o direito à moradia, a função social e o direito de propriedade, o meio ambiente ecologicamente equilibrado etc. Uma vez que o Plano Diretor é fruto de um prévio planejamento urbano, ele deve ser um reflexo dos estudos preliminares realizados e conter os planos de ação e instrumentos de intervenção vislumbrados, bem como orientar o desenvolvimento futuro.

No caso do plano diretor do município de Imperatriz, constituído como lei complementar 002 de 14 de julho de 2004 composto de 113 artigos composto por 12 títulos. O título VIII, que contem 4 artigos trata de forma específica da politica municipal de habitação. No qual a presente analise restringe-se aos incisos I, II, III, IV do artigo 79. Assim com base os nos de 2000 e 2010 por ocasião da realização do censo demográfico do IBGE, que justifica a escolha do período de análise por se tratar de um período anterior e outro posterior a elaboração do plano diretor.

Os dados apresentados a seguir abordam as principais características dos domicílios e de seu entorno, conforme estabelecidos no artigo e incisos citados no plano diretor do município de Imperatriz.

Segundo dados do IBGE (2000) dos 53.757 domicilios do município de Imperatriz, 2.696 estão localizados no setor rural e 51.061 são urbanos. Baseado nessa informações obteve-se os tipo de moradia, destacando moradias alugadas, cedidas ou outros que se excluam do proprio quitado ou à quitar se apresentam para o ano de 2000 da seguinte forma: dos 2.696 domicilios rurais ,1.631 são caracterizado como alugado, cedido ou outro forma de ocupação.

Enquanto no ano de 2010,ou seja dez anos depois segundo dados do Instituto brasileiro de geografia e estatística o município teve um cescimento de 14.780 domicílios,passando para uma totalidade de 68.537,sendo 2.394 na área rural e 66.143 na área urbana o que caracterizou uma redução de domicilios na área rural. Para acomodar o crescimento demográfico constante e mais ou menos intenso, foi construída, ao longo do tempo, grande quantidade de domicílios. No

entanto, os domicílios construídos não têm conseguido acompanhar o crescimento da população.

Quadro 5 – Adequação da moradia em Imperatriz de 2000 e 2010

VARIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA MORADIA ENTRE O ANO 2000 E 2010		
ITEM	2000	2010
Adequada	21.340	25.864
Semi-adequada	32.206	41.976
Inadequada	211	697
TOTAL	53.757	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2000 – 2010)

No ano 2000 Imperatriz possuía 53.757 domicílios, dos quais, de acordo com IBGE (2000), 21.340, 39,70%, foram considerados adequados; 32.206, 59,91% foram considerados semi-adequados; e 211, 0,39% foram considerados inadequados. Por outro lado, de acordo com IBGE (2010), no ano de 2010, Imperatriz possuía 68.537 domicílios, dos quais 25.864, 37,74% foram considerados adequados; 41.976, 61,25% foram considerados semi-adequados; e 697 ou 1,01%, foram considerados inadequados.

Ao longo de uma década, do ano 2000 ao ano 2010, foram construídos em Imperatriz 14.780 novos domicílios, o que representa uma taxa de crescimento da ordem de 21,56%. No entanto, este crescimento, ao que se pode deduzir, ocorreu apenas na dimensão quantitativa, uma vez que se manteve, com alguma variação, a proporção de domicílios adequados, semi-adequados e inadequados.

Quadro 6 – Condição de ocupação do domicílio em Imperatriz em 2000 e em 2010

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2000 E EM 2010		
ITEM	2000	2010
Próprio	39.767	46.691
Próprio já quitado	37.984	45.889
Próprio ainda pagando	1.783	802
Alugado	9.741	17.210
Cedido	4.482	4.509
Outra condição	967	127
TOTAL	53.757	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2000 – 2010)

Os números constantes no Quadro 4 referem-se à condição de ocupação dos domicílios em Imperatriz no ano 2000 e no ano 2010. Como se pode observar,

em uma década, o aumento de imóveis próprios foi da ordem de 6.924, ou 14,82%; os imóveis próprios já quitados foram aumentados em 7.905 unidades, o que corresponde à taxa de 17,23%; o número de imóveis próprios que ainda estão sendo pagos diminuiu bastante em uma década. Em 2000 havia 1.783 imóveis nessa condição, enquanto em 2010, havia apenas 802, o que indica uma taxa negativa de 55,01%.

Por outro lado, aumento de forma considerável o número de imóveis alugados no período, uma vez que em 2000 havia 9.741 alugados e em 2010 havia 17.210, de sorte que a taxa de crescimento foi da ordem de 72,75%; Já o número de unidades habitacionais cedidas se manteve estável e o número de unidades habitacionais ocupadas por qualquer forma diferente das referidas, sofreu uma queda significativa. As unidades que se enquadravam nessa categoria em 2000 somavam 967, enquanto em 2010, somavam apenas 127. Neste caso a taxa de decréscimo foi da ordem de 86,87%.

Quadro 7 – Existência de banheiro ou sanitário nos domicílios em Imperatriz em 2000 e em 2010

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2000 E EM 2010		
ITEM	2000	2010
Tinham banheiro ou sanitário	48.840	62.979
Tinham banheiro ou sanitário – rede geral de esgoto ou pluvial	13.588	24.503
Tinham banheiro ou sanitário – fossa séptica	21.225	9.571
Tinham banheiro ou sanitário – outro escoadouro	14.027	3.974
Não Tinham banheiro ou sanitário	4.917	1.106
TOTAL	53.757	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2000 – 2010)

Com relação à proporção de domicílios providos de instalações sanitárias: banheiros providos de vasos houve aumento considerável, exceto no caso de fossas sépticas, cuja quantidade diminuiu na medida em que as instalações sanitárias domésticas foram interligadas à rede de esgotamento sanitário, o que aponta para uma melhoria das condições de higiene nos domicílios, portanto, em decorrência, para uma possível melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No que se refere à questão do abastecimento de água dos domicílios em Imperatriz, os Censos do IBGE dos anos 2000 e 2010 apresentam diferença na

forma de coleta de dados, de modo que isso dificultou a mensuração das diferenças ocorridas em uma década.

Quadro 8 – Forma de abastecimento d'água nos domicílios em Imperatriz em 2000

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2000	
ITEM	2000
Rede geral	47.714
Rede geral – canalizada em pelo menos um cômodo	36.280
Rede geral – canalizada só na propriedade ou terreno	11.434
Outra forma	6.043
Outra forma – canalizada em pelo menos um cômodo	2.655
Outra forma – canalizada só na propriedade ou terreno	833
Outra forma – não canalizada	2.555
TOTAL	53.757

Fonte IBGE Censos demográficos (2000)

Dos 53.757 existentes no ano 2000, apenas 2.555, 4,70% não dispunham de água canalizada de alguma forma. No entanto, isso não significa que a água canalizada seja de boa qualidade, uma vez que nem sempre ela é distribuída pela Companhia de Águas do Estado, mas muitas vezes ela é proveniente de poços e cisternas perfurados pelos próprios proprietários dos imóveis, quase sempre em locais próximos a fossas que acumulam o esgoto sanitário. Como o lençol freático em Imperatriz, encontra-se próximo à superfície do solo, é possível que muitos desses poços e cisternas encontrem-se contaminados, portanto, a água por eles produzida, pode se apresentar imprópria para o consumo.

Quadro 9 – Forma de abastecimento d'água nos domicílios em Imperatriz em 2010

EXISTÊNCIA DE ÁGUA CANALIZADA E FORMA DE ABASTECIMENTO NO DOMICÍLIO EM 2010	
ITEM	2010
Tinham – em pelo menos um cômodo	63.061
Tinham – em pelo menos um cômodo – rede geral de distribuição	59.241
Tinham – em pelo menos um cômodo – poço ou nascente na propriedade	2.526
Tinham – em pelo menos um cômodo – poço ou nascente fora da propriedade	1.132
Tinham – em pelo menos um cômodo – outra forma de abastecimento	161
Tinham – no terreno ou na propriedade	3.493
Tinham – no terreno ou na propriedade – rede geral de distribuição	3.174
Tinham – no terreno ou na propriedade – poço ou nascente na propriedade	173
Tinham – no terreno ou na propriedade – poço ou nascente fora da propriedade	105
Tinham – no terreno ou na propriedade – outra forma de abastecimento	41
Não tinha água canalizada	1.983
TOTAL	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2010)

Relacionando os dados contidos nos Quadros 8 e 9 que se referem ao mesmo fenômeno, a situação do abastecimento de água em Imperatriz, houve crescimento da oferta em todas as suas formas, exceto naquelas formas produzidas pelo próprio proprietário do imóvel, como é caso de alguma forma de abastecimento através de outros meios que não a canalização. No entanto, no ano de 2010, ainda havia pelo menos 1.983, o que representa uma taxa de 2,89% dos domicílios, o que indica que a demanda por água tratada não está sendo atendida em sua totalidade, o que pode concorrer para condições de vida inadequadas de alguns componentes da população.

Quadro 10 – Característica do entorno do domicílio em 2010

EXISTÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO DO DOMICILIO EM 2010		
ITEM		2010
Identificação do logradouro	Existe	68.537
	Não existe	25.702
	Sem declaração	42.835
	Total	68.537
Iluminação pública	Existe	63.439
	Não existe	4.870
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Pavimentação	Existe	39.725
	Não existe	28.584
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Calçada	Existe	49.914
	Não existe	18.395
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Meio-fio/guia	Existe	26.793
	Não existe	41.516
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Bueiro/boca de lobo	Existe	18.840
	Não existe	49.469
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Rampa para cadeirante	Existe	1.246
	Não existe	67.063
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Arborização	Existe	45.369
	Não existe	22.940
	Sem declaração	228
	Total	68.537
Esgoto a céu aberto	Existe	30.514
	Não existe	37.795
	Sem declaração	228
	Total	68.537

Lixo acumulado nos logradouros	Existe	5.564
	Não existe	62.745
	Sem declaração	228
	Total	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2010)

Com referência a características importantes no entorno dos 68.537 domicílios recenseados pelo IBGE em 2010, dados constantes no Quadro 13, tem-se a seguinte situação:

Com relação à identificação do logradouro, 25.702 ou 36,21% dos domicílios recenseados declararam não existir e 42.835 ou 63,79% deixaram de declarar. Neste caso, é possível presumir que os domicílios componentes das duas categorias não se encontra edificadas em loteamentos regulares.

Isso se explica pelo fato de que, como já se afirmou antes, grande parte dos loteamentos que existiram em Imperatriz foram frutos de invasões de terrenos, e muitos deles se encontram ainda em situação irregular, do ponto de vista jurídico e administrativo. Tanto é, que a maior parte dos bairros de Imperatriz não foi criada por lei municipal, e até suas nomenclaturas, quase sempre homenageiam a políticos regionais e locais, uma forma encontrada pela população para, através de tais homenagens, receberem proteção.

No que se refere à iluminação pública no entorno, 63.439 ou 92,74% dos domicílios pesquisados responderam que existe; 4.870 ou 7,22% declararam que não existe e 228 ou 0,35% omitiram qualquer declaração. Embora muitas ruas de Imperatriz não disponham de iluminação pública, cabe ressaltar que esse serviço tem melhorado de maneira considerável, principalmente nos bairros que contam também com outros tipos de serviços.

Um dos mais graves problemas da cidade de Imperatriz se refere à questões relacionadas à infraestrutura. Tanto é que quanto ao que se refere à pavimentação de ruas, apenas 39.725 ou 56,01% responderam de forma afirmativa; 28.584 ou 43,64% responderam que não existe pavimentação e 228 ou 0,35% se abstiveram de fazer qualquer declaração.

O que se tem observado é que pelo menos desde o final da década de 1980, em que foram pavimentados bairros s como a Vila Lobão, até o início das obras do PAC no final da última década, a pavimentação de ruas tem privilegiado os logradouros centrais da cidade com prevalência do setor comercial sobre quaisquer outros logradouros. O que se observa é que em grande quantidade de bairros s, além de não haver ruas pavimentadas, muitas delas são intransitáveis, quase sempre porque são elas que servem de escoadouro e até de local de acúmulo do esgoto doméstico e sanitário.

Com relação à existência de calçadas no entorno dos domicílios, 49.914 ou 71,76% dos recenseados declararam que existem; 18.395 ou 25,99% declararam que não existe e 228 ou 0,35% abstiveram-se de se manifestar. O índice de domicílios que não dispõe de calçadas em seu entorno é significativo. No entanto, não existe uma política para disciplinar a construção de calçadas. Mesmo quando elas existem como é o caso dos logradouros centrais da cidade, porque são construídas de forma irregular, não permitem o tráfego de pessoas com conforto.

Dos 68.537 domicílios recenseados 26.793 ou 36,15% declararam existir meio-fio/guia em seu entorno; 41.516 ou 63,50% declararam que não existe e 228 ou 0,35% abstiveram se declarar. A não-existência de meio-fio e/ou guia no entorno dos domicílios, tem o dom de demonstrar a situação da pavimentação de ruas. Pelo menos em Imperatriz, a construção desse bem está relacionada à pavimentação com asfalto e/ou com bloquetes. Se esta hipótese estiver correta, é possível concluir que mais de 65,00% das ruas de Imperatriz não conta com qualquer tipo de pavimentação.

Se a situação da pavimentação das ruas é precária, o problema se agrava quando se trata da questão do esgoto. Interrogados sobre a existência ou não de bueiros/boca de lobo no entorno dos domicílios recenseados, apenas 18.840 ou 23,93% declararam que existe; 49.469 ou 75,72% declaram que não existe e 228 ou 0,35% deixaram de se manifestar.

Os dados confirmam que Imperatriz se constitui como uma cidade com graves problemas infraestruturais. Como se percebe, grande parte da cidade não

conta com sistema de esgotamento pluvial, doméstico e/ou sanitário. Assim, grande parte do esgoto escorre pelas ruas a céu aberto rumo aos rios e riachos que cortam a cidade, os quais se encontram todos poluídos. Assim, a maior parte da carga de esgoto e até grande quantidade de materiais sólidos são despejados sem nenhum tratamento no rio Tocantins, com sérias conseqüências para a ecologia natural e humana.

Quando interrogados sobre a existência de rampas para cadeirantes no entorno dos domicílios recenseados, apenas 1.246 ou 1,26% declaram existir; 67.063 ou 98,74% declararam não existir e 228 ou 0,35% deixaram de se manifestar. Depreende-se disso, que as condições de acessibilidade destinadas a pessoas portadoras de deficiência física são precárias. Isso é válido, tanto para a periferia, quanto para as regiões centrais da cidade.

Interrogados os recenseados sobre a existência de arborização no entorno dos domicílios, 45.369 ou 64,68% declararam que existe; 22.940 ou 34,97% declararam que não existe e 228 ou 0,35% deixaram de se manifestar. Reconhece-se que Imperatriz, até o momento, salvo intervenções eventuais, de modo especial com a distribuição de mudas, não possui uma programas de arborização dos logradouros públicos. Mesmo assim, a cidade apresenta grande quantidade de árvores, quase sempre plantadas e cuidadas por seus habitantes e não pelo poder público.

Solicitados a informar sobre a existência ou não de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios, 30.514 ou 41,87% declararam que existe; 37.795 ou 57,79% declararam que não existe e 228 ou 0,35% deixaram de se manifestar. Como já se disse acima, é grande a quantidade de vias públicas em Imperatriz em que se registra o esgoto a céu aberto, o que por si só, se apresenta como uma denúncia silenciosa, mais constante, das más condições da qualidade de vida de grande parte da população urbana de Imperatriz.

Indagados sobre a existência de lixo acumulado nos logradouros, 5.564 ou 8,29% admitiram que existe; 62.745 ou 91,37% responderam que não e 228 ou 0,35% deixaram de se manifestar. Como se percebe, o percentual dos que

afirmaram existir lixo acumulado no logradouro é pequeno, mas não desprezível. No entanto, nem sempre o acúmulo do lixo nos logradouros se deve à atuação ou não por parte da empresa de coleta do lixo, mas por descuido dos próprios cidadãos, os quais nem sempre se preocupam com a destinação do lixo.

Quadro 11 – Existência de iluminação pública no entorno do domicílio em 2000

EXISTÊNCIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO ENTORNO	
ITEM	2000
Existe	47.508
Não existe	5.950
Sem declaração	299
TOTAL	53.757

Fonte IBGE Censos demográficos (2000)

Os dados constantes no Quadro 10 indicam a existência ou não-existência de iluminação pública no entorno dos domicílios no ano de 2000. Neste caso, 88,50% dos que responderam ao instrumento de coleta de dados do IBGE, Censo 2000, afirmaram que existe iluminação pública; 10,95% declararam que não existe iluminação pública e 0,55% não se manifestaram.

Neste caso, há uma quantidade expressiva de domicílios que não contam com o benefício da iluminação pública, o que concorre para a dificuldade de acesso a esses domicílios no período noturno, além de contribuir o clima de insegurança reinante nos logradouros da cidade, o que não contribui para uma vida da população com qualidade.

Quadro 12 – Existência de energia elétrica no domicílio em 2010

EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2010	
ITEM	2010
Tinham	68.416
Tinham – de companhia distribuidora	68.313
Tinham – de companhia distribuidora – com medidor	66.674
Tinham – de companhia distribuidora – sem medidor	1.638
Tinham – de outra fonte	104
Não tinham	121
TOTAL	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2010)

No ano de 2010 quase 100% dos domicílios recenseados pelo IBGE dispunham de energia elétrica, cuja mensuração do consumo era efetivado através de

medidor instalado pela empresa distribuidora. No entanto, 1,638 ou 2,39% domicílios não dispunham de medidor de consumo de energia, o que induz à suposição de que a conexão com as linhas de transmissão não tinham sido realizadas pela empresa distribuidora, mas pelos próprios moradores desses domicílios.

Além desses domicílios que contavam com energia elétrica de forma irregular, possivelmente por conta de estarem localizados em loteamentos irregulares como “invasões”, 104 domicílios ou 0,15% eram servidos de energia elétrica de outra fonte, talvez pequenos grupos geradores próprios e/ou baterias recarregáveis. Outros 121 domicílios ou 0,17% não contavam com energia elétrica gerada por qualquer tipo de fonte, o que indica habitações que não dispunham das mínimas condições de conforto.

Quadro 13 – Existência de identificação no entorno do domicílio

EXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO NO ENTORNO	
ITEM	2000
Existe	16.662
Não existe	36.702
Sem declaração	393
TOTAL	53.757

Fonte IBGE Censos demográficos (2000)

Um dos grandes problemas de áreas periféricas das cidades é a falta de identificação dos domicílios e mesmo dos logradouros em seu entorno, o que dificulta o acesso de pessoas e de serviços a esses logradouros e a esses domicílios. De todas as 53.757 que responderam ao instrumento de coleta de dados do Censo IBGE 2000, apenas 16.662 ou 32,76% declararam que existe identificação no entorno de seu domicílio. Já a grande maioria, 36.702 ou 66,52% declararam que não existe tal identificação 393 ou 0,72% deixaram de declarar.

Este é um dado preocupante, por dois motivos: i) é presumível que os recenseados não compreenderam a questão, e, em decorrência, não forneceram a informação correta e ii) de fato não existe identificação no entorno dos domicílios recenseados, o que se apresenta como um problema de ordem social, já que há dificuldade de acesso de pessoas a esses domicílios, bem como de serviços importantes como, por exemplo, aqueles prestados pelos Correios. Tal problema

poderia ser solucionado sem maiores investimentos financeiros, desde que o município cuide de regularizar os empreendimentos imobiliários existentes na cidade.

Quadro 14 – Destino do lixo em 2010

DESTINO DO LIXO EM IMPERATRIZ	
ITEM	QUANTIDADE
Coletado	63.184
Coletado diretamente por serviço de limpeza	61.839
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	1.344
Outro	5.353
TOTAL	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2010)

Conforme os dados constantes no Quadro 12, 100% dos domicílios recenseados têm o lixo produzido coletado de alguma forma, sendo que 90,23% desse lixo é coletado diretamente pelo serviço de limpeza urbana. Cabe ressaltar que nem sempre o lixo é coletado por caminhões-prensa ou fechados de outras formas, mas grande parte, em especial nos bairros s, a coleta é feita por caminhões basculantes, os quais seguem abertos até o destino final, o lixão.

Por outro lado, em Imperatriz, ainda não existe coleta seletiva do lixo, de modo que o aproveitamento de material reciclável é pequeno e quase sempre efetuado por catadores, nas ruas e no próprio lixão, em condições pouco adequadas em termos de higiene, de sorte que as pessoas que sobrevivem da coleta estão expostas a acidentes e a adoecimentos de diversas ordens, como por exemplo, por contaminação por microorganismos.

Mesmo com um serviço de coleta que pode ser considerado regular, a cidade não apresenta um aspecto de higiene e limpeza, uma vez que muitos habitantes, mesmo contando com o serviço de coleta, terminam por depositar grande parte do lixo produzido em terrenos baldios existentes em grande quantidade, inclusive em bairros considerados nobres.

Quadro 15 – Tipo de material das paredes externas dos domicílios

MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DOS DOMICÍLIOS	
ITEM	QUANTIDADE
Alvenaria com revestimento	51.515

Alvenaria sem revestimento	12.255
Madeira aparelhada	1.860
Taipa revestida	402
Não durável	2.504
TOTAL	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2010)

Dos 68.537 domicílios recenseados pelo IBGE em 2010, Quadro 15, 51.515 ou 75,16% eram construídos com alvenaria e possuíam as paredes revestidas com reboco; 12.255 ou 17,88% eram construídos com alvenaria, mas não possuíam paredes revestidas com reboco; 1.860 ou 2,71% eram construídos com madeira aparelhada; 0,59% eram construídos com taipa, mas possuíam paredes revestidas de reboco e 2.504 ou 3,66% eram construídos com materiais não duráveis, de forma que se pode considerar que a grande maioria dos domicílios oferece condições adequadas de habitabilidade.

Quadro 16 – Quantidade de cômodos por domicílio

NÚMERO DE CÔMODOS POR DOMICILIO ANOS 2000 – 2010		
ITEM	2000	2010
1 cômodo	740	465
2 cômodos	2.057	2.232
3 cômodos	5.977	6.562
4 cômodos	9.686	10.957
5 cômodos	10.456	16.342
6 cômodos	9.214	13.268
7 cômodos	6.945	8.435
8 cômodos	4.254	5.044
9 cômodos	2.021	2.395
10 cômodos ou mais	2.407	2.838
Sem declaração	---	---
TOTAL	53.757	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2000 - 2010)

Os dados contidos no Quadro 16 referem-se aos domicílios recenseados no ano de 2000 e no ano de 2010 distribuídos pelo número de cômodos no momento da coleta. Como se percebe, a maior quantidade de domicílios, nos dois casos possuía cinco cômodos, o que induz a depreender que possuíam apenas um dormitório.

Por sua vez, a quantidade de domicílios que possuíam apenas um cômodo, diminuiu de maneira considerável em uma década. Diante disso, pode-se afirmar que em relação ao número de cômodos, tendo-se em conta que as famílias

são compostas cada vez mais por uma menor quantidade de membros, uma grande quantidade de cômodos se faz desnecessária, embora se compreenda que todos os membros da família devem dispor do conforto de quartos, se não individuais, pelo menos para poucas pessoas.

Quadro 17 – Situação do domicílio em Imperatriz em relação à existência de serviços e bens duráveis em 2000 e em 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM RELAÇÃO EXISTÊNCIA DE SERVIÇOS E BENS DURÁVEIS NO EM 2000 E EM 2010		
ITEM	2000	2010
Coleta de lixo	46.955	---
Iluminação elétrica	53.943	---
Linha telefônica instalada	18.663	15.762
Telefone celular	---	59.271
Forno de micro-ondas	1.953	---
Geladeira ou freezer	46.709	65.609
Máquina de lavar roupa	5.882	14.482
Aparelho de ar condicionado	6.597	---
Rádio	41.451	41.774
Televisão	48.576	66.274
Vídeo cassete	11.196	---
Microcomputador	2.024	22.903
Microcomputador com acesso à Internet	---	18.850
Motocicleta para uso particular	---	22.768
Automóvel para uso particular	9.117	17.073
TOTAL	53.757	68.537

Fonte IBGE Censos demográficos (2000 – 2010)

Os Censos demográficos de 2000 e de 2010 foram compostos por instrumentos de coleta de dados estruturados com alguns quesitos diferentes, de modo que não é possível, em alguns casos, estabelecer correlações entre os resultados dos dois Censos, como é o caso da coleta de lixo e da iluminação elétrica. Isso pode se dever a diversos motivos. Um exemplo é o caso em que não se levantou no ano 2000 a quantidade de telefones móveis por domicílio, enquanto no ano de 2010 o dado foi considerado.

Assim, deduz-se que um dos motivos dos Censos apresentarem algumas diferenças entre si, se deve, em grande parte, ao desenvolvimento tecnológico que caracterizou o País em uma década, de modo especial, no que se refere às tecnologias da informação e da comunicação. Assim, quase todos os itens comuns aos dois Censos apresentam crescimento em uma década. Em alguns itens, como é

caso de geladeiras e freezers, lavadoras de roupa, computadores, conectados ou não à Internet e automóveis de uso particular.

CONCLUSÃO

O quadro teórico demonstrou que a urbanização se constitui como um fenômeno, se não iniciado, pelo menos intensificado com a gênese do processo de industrialização. Com o progresso sempre crescente da industrialização, as cidades, antes pequenas povoações, cresceram e se complexificaram, de forma que se pode afirmar que elas, historicamente, se apresentaram e se apresentam como o centro das complexidades sociais e de todas as demais formas de complexidade que envolvem o convívio humano.

As cidades, por suas qualidades, podem contribuir de forma positiva para o bem-estar de seus habitantes, se for planejada e gerida de forma adequada ou podem contribuir de forma inversa, desde que não sejam considerados os recursos de que dispõem, de modo que eles estejam a serviço do bem comum e/ou que não sejam utilizados a partir de critérios de racionalidade, os recursos naturais e culturais que possuem.

A utilização adequada dos recursos naturais, culturais e humanos disponíveis, devem-se dar a partir de critérios de sustentabilidade, sob pena do espaço urbano, que por sua característica se mostra propício a desenvolvimento das relações entre humanos, se tornar um espaço propício às injustiças, ao crescimento da violência e da insegurança, portanto, de má qualidade de vida.

Imperatriz, desde o ano de sua fundação, 1852 até pelo menos o final da década de 1950 com pouca expressão econômica, em especial, por sua condição de isolamento. Localizada no Sudoeste do Estado do Maranhão, manteve-se distante do centro político e econômico do Estado, a capital São Luís, principalmente por falta de vias de acesso, de sorte que, por conta do rio Tocantins, manteve maior relacionamento comercial e até social, com Belém, a capital do estado do Pará.

Tal isolamento começou a ser rompido com a construção da rodovia federal Belém-Brasília e de outras rodovias que permitiram maior contato com o restante do Maranhão. Do ponto de vista econômico, Imperatriz se desenvolveu a partir de ciclos, como já ficou demonstrado. A construção da rodovia Belém-Brasília

e a qualidade de suas terras terminaram por atrair pessoas das mais diversas regiões brasileiras, o que se constituiu como um processo migratório de grande magnitude, o qual ainda permanece.

Diante disso, a cidade, pequena até pelo menos o final da década de 1950, tornou-se uma cidade de médio porte, que por seu potencial socioeconômico, e em face dos investimentos em todos os setores da economia, continua atraindo pessoas de todo o Brasil em busca de oportunidade de trabalho e de estudo, bem como de bens e seus serviços disponibilizados pela cidade.

No entanto, a despeito do crescimento econômico que tem caracterizado a história da cidade, sua área urbana cresceu de forma desordenada, principalmente porque a ocupação do espaço urbano se deu, acima de tudo, por invasões de terrenos. Pode-se afirmar que os loteamentos regulares representam uma parte ínfima da ocupação do solo da cidade.

Cabe ressaltar que a gestão pública, jamais se antecipou a algum tipo de problema relacionado à ocupação do espaço urbano, exceto no que se relaciona à iniciativa efetiva pelo prefeito Mundico Barros, o qual, para atender o crescimento demográfico da cidade, desencadeou um processo de abertura de ruas entre os anos de 1958-60.

Fora disso, o poder público sempre atuou de forma contingencial, e jamais planejada. A gestão pública pode-se afirmar, não atuou em face de algum tipo de planejamento, mas em face de demandas por bens e serviços públicos amplamente reivindicados. Assim, a gestão municipal esteve sempre a reboque dos interesses sociais, econômicos e culturais e não na vanguarda do desenvolvimento local.

A gestão pública se configura como um todo orgânico, de forma que não é possível a implementação de uma política pública, sem uma articulação com as demais. Assim a promoção de uma política de habitação de interesse social, deve estar em consonâncias com todas as demais políticas setoriais, sob pena do objetivo não ser alcançado. O Plano Diretor do município, mesmo após uma década de sua aprovação, ainda não foi totalmente regulamentado.

Nos últimos anos verificaram-se ações isoladas do poder público municipal visando sanar riscos à população em logradouros como o bairro da Caema, na Beira-Rio e o combate à extração e ao armazenamento irregular de areia do rio Tocantins, bem como a construção de alguns conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

No entanto, embora muitas unidades habitacionais integrantes desse programa estejam prontas, até conclusão deste trabalho ainda não foram entregues aos beneficiários. De igual forma, outras obras a serem construídas com recursos do PAC que visam a regularização fundiária urbana, bem como obras de infraestrutura e de recuperação de ambientes degradados, ainda não se tornaram realidade, mesmo passados cerca de cinco anos desde a celebração dos acordos e convênios, o que põe em cheque a política habitacional e de uso do espaço urbano de Imperatriz.

Para isso, o município deve investir na instituição e fortalecimento de órgãos que garantam a gestão participativa, como por exemplo, o Conselho Municipal de Habitação, dentre outros e ao mesmo tempo propiciar assessoria técnica, jurídica, social e urbanística aos movimentos sociais interessados em políticas de habitação de interesse social.

Este estudo, a despeito de suas possíveis limitações, pode despertar o interesse de acadêmicos e professores de diversas áreas de concentração do saber, dentre elas, administração de empresas, administração pública, planejamento urbano e desenvolvimento urbano.

Pode contribuir também para o fortalecimento dos debates que envolvem os interesses da cidade de Imperatriz, de modo especial, no que se refere à condução de políticas públicas de desenvolvimento urbano e das políticas habitacionais do município, as quais precisam ser implementadas, sob pena da cidade de Imperatriz continuar inadequada à habitabilidade com qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Beatriz Lemos de. **Ocupação irregular em área de manancial**: análise do programa de regularização fundiária do Guarituba – município de Piraquara/Paraná. [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Construção Civil, da Universidade Federal do Paraná]. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/ppgcc/sites/www.prppg.ufpr.br.../d0145.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

ARAÚJO, Elson. **Imagens da cidade**. Disponível em: <<http://porelsonaraujo.blogspot.com.br/>>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger, **Algumas considerações sobre o Plano Diretor dos municípios e sua importância no processo de construção da cidadania e da democracia** Revista de Direito Publico LONDRINA, V. 1, N. 1, P. 45-62, JAN./ABR. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. [Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Ana Maria Furbino Bretãs.; CARVALHO, Celso Santos e MONTANDON, Daniel Todtmann. **O Estatuto da Cidade comentado** – Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/06.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz: Ética, 1996.

BATISTA, Getúlio Teixeira.; DIAS, Nelson Wellausen. **Ocupação do solo urbano**: desafios pós Estatuto das Cidades. In: BATISTA, Getúlio Teixeira.; DIAS, Nelson Wellausen. *Ocupação do solo urbano*: desafios pós Estatuto das Cidades (in press). UNITAU, 2008.
Disponível em: <<http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/handle/2315/146>>. Acesso em 23 de outubro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de legislação)

_____. Ministério das Cidades. Estatuto das Cidades 2001.

_____. Casa Civil 2002. Disponível em . www.planalto.gov.br

BESSA, Kelly Cristine. **Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias**: o exemplo de Uberlândia (MG). In: Caminhos de geografia – revista on-line, nº. 24, pgs. 268-288. Uberlândia, 2005.

BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento**. In: SIEDENBERG, Dieter R. (Coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BOTELHO, A. *O urbano em Fragmentos*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, Wilson Martins. **Os impactos ambientais decorrentes da ocupação urbana**: o caso da Colônia Agrícola Vicente Pires – Brasília/DF. [Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da UNB]. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/.../DetalheObraForm>>. Acesso em 23 de outubro de 2012.

CLEMENTE, Ademir e HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. **Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável** - novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/naea/pdf_tcc.php?id=115>. Acesso em 26 de outubro de 2012.

DEÁK, Csaba (1999) "**O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas**" in Deák, Csaba e Schiffer, Sueli (*Org*, 1999).

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção primeiros passos, 285)..

FERREIRA, Maria Manuela Malheiros Dias. **Desenvolvimento urbano Sustentável**: o papel dos cidadãos. Disponível em: <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/052.pdf> Acesso em 26 de outubro de 2012.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

_____. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005 (Série Ciências Humanas, v.1)

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos brasileiros; v. 80).

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional**. Brasília: IBGE, 2004

_____. **Contagem da população brasileira 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Contagem da população brasileira 2008**. Rio de Janeiro: IBGE. 2008

_____. **Contagem da população brasileira 2009**. Rio de Janeiro: IBGE. 2009

_____. **Contagem da população brasileira 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. **Contagem da população brasileira 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas; sumário analítico. Brasília: IPEA, 2009 (Brasil: o estado de uma nação).

IMPERATRIZ. **Lei complementar nº 02/2004**. Disponível em:
<<http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/data/.../PLANO%20DIRETOR.doc>>.
Acesso em 12 de outubro de 2012.

LEMOS, Mauro Borges, PEREIRA, Fabiano. **Cidades médias brasileiras**: características e dinâmicas urbanas industriais. Artigo. Pesquisa e planejamento econômico, v.33, n.1. IPEA, 2003.

MAGALHÃES, Antônio Fernandes de. **Ciência política**. 3. ed. Brasília: Vestcon, 2005.

MARTINE, George.; MCGRANAHAN, Gordon. **A transição urbana brasileira**: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (Org.). *População e cidades*: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, José de S. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. V. 6, n. 1, jun. 1995.

MENDES, César Miranda. **Uma abordagem teórica na expansão territorial urbana: a questão da localização**. Boletim de Geografia. Paraná: UEM, 1989.

_____.; TOWS, Ricardo L. **Geografia urbana e temas transversais**. Paraná: UEM, 2009.

MENDES, Claudiceia Silva e BURNETT, Frederico Lago. **Avaliação do plano diretor participativo**: relatório nº14 do município de Imperatriz-MA. São Luís, 2004. Disponível em: <<http://www.web.observatoriodasmetroles.net/planosdiretores>>. Acesso em 29 de outubro de 2012.

MOLINA, Glória F. **Desenvolvimento sustentável**. In: SIEDENBERG, Dieter R. (Coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

NOBRE, Eduardo A. C. **Desenvolvimento urbano e sustentabilidade**: uma reflexão sobre a grande São Paulo no começo do século XXI. São Paulo: NUTAU, 2004. Disponível em:

<http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/desenvolvimento_urbano_sustentabilidade.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ (PORTAL ELETRÔNICO). **Galeria de fotos**. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/galeria-de-fotos/>>. Acesso em 24 de outubro de 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. espaço e debates. São Paulo: Neru, 1982.

RODRIGUES, João. **Casas construídas pelo PAC são o retrato do abandono**. Disponível em: <<http://mirante.globo.com/noticias/2012/01/18/pagina296502.shtml>>. Acesso em 6 de novembro de 2012.

SAHR, Cicilian L. L., **Dimensões de análise da verticalização**: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR Ponta Grossa /PR: Revista de história regional, vol.5-nº1, 2000.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, Marcos Edson dos. **A reprodução do solo urbano: um estudo sobre a verticalização de Cascavel/pr**. Porto Alegre. Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010.

SANTOS, Milton. **O território do dinheiro e da fragmentação**. in: SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008 (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009 (Coleção Milton Santos; 6).

SCORSOLINI-COMIN, Fabio.; INOCENTE, Davi Forli.; MATIAS, Alberto Borges. **Desenvolvimento regional sustentável e inclusão social**: a formação de executivos em programas de MBA. *in company*, por meio da educação a distância. em: <<http://www.unaerp.br/sici/pt/.../10-desenvolvimento-regional-sustentavel>>. Acesso em 23 de junho de 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ribamar. **Uma releitura do enigma do homem de Edgar Morin**. Imperatriz, 2010. Disponível em: <<http://www.scribd.com/Ribamar%20Silva>>. Acesso em 16 de outubro de 2012.

SOUZA, Celina & CARVALHO, Inaiá. **Reforma do estado, descentralização e desigualdades**. In: Lua Nova; Revista de Cultura e Política, n. 48, 1997.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. .Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

VALADARES, Leideane. **Imperatriz - MA**: Plano Diretor e os desafios para a construção de uma cidade sustentável. Disponível em:
<http://www.artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_11105/artigo_sobre_imperatriz_-_ma:_plano_diretor_e_os_desafios_para_a_construcao_de_uma_cidade_sustentavel>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APÉNDICES

APÊNDICE A – Exemplo de esgoto a céu aberto e depósito irregular de lixo em terreno baldio em rua do Bom Sucesso, bairro de Imperatriz



Fonte: Acervo do pesquisador (2010)



Fonte: Acervo do pesquisador (2010)



Fonte: Acervo do pesquisador (2010)



Fonte: Acervo do pesquisador (2010)